



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

EDIVANE COSTA DE SOUSA

**DESAFIOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL: Análise em três escolas públicas de ensino
fundamental, Itaituba-PA**

Itaituba - PA

2019

EDIVANE COSTA DE SOUSA

**DESAFIOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL: Análise em três escolas públicas de ensino
fundamental, Itaituba-PA**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção do título de Licenciada Plena em
Pedagogia.

Orientadora:

Prof^a Mestra Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

Itaituba - PA

2019

SOUSA, Edivane Costa de.

DESAFIOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: Análise em três escolas públicas de ensino fundamental, Itaituba-PA/ Edivane Costa de Sousa - Itaituba: CLPP da FAI, 2019.

66 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2019.

Orientadora: Profª Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Me.

1. Acessibilidade Escolar. 2. Deficiência Visual. I. RIBEIRO, Elina. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR-PA, 2019.

EDIVANE COSTA DE SOUSA

**DESAFIOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL: Análise em três escolas públicas de ensino
fundamental, Itaituba-PA**

Monografia de Graduação apresentada ao
Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Itaituba,
para obtenção do título de Licenciada Plena em
Pedagogia, sob a orientação da Profª Mestra Elina
Renilde de Oliveira Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____ Nota: _____

Profª Ma. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro

Avaliador: _____ Nota: _____

Profº Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Avaliador: _____ Nota: _____

Profº Esp. Dhemesbraene Soares da Silva

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 26 de janeiro de 2019.

Em primeiro lugar a Deus; aos meus pais e meu afilhado Victor Gabriel, que foram minha base e sempre tiveram paciência, incentivo e amor, não mediram esforços para eu chegar aqui nessa etapa na minha vida. A toda minha família e amigas que acreditaram em mim. A eles dedico essa conquista com muito amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu grandioso Deus, pela minha preciosa vida e pela força, coragem e fé para enfrentar todos os obstáculos postos no meu caminho que serviram para me fortalecer durante essa grande trajetória.

Ao meu pai, Sabino Pereira de Sousa pela paciência, dedicação, persistência e coragem de todo santo dia fazer questão de me deixar e buscar na Faculdade durante todo o meu curso para que eu pudesse ter uma conquista profissional.

A minha mãe, Marinalva Costa Rego, pela dedicação, paciência e compreensão e pela sua disponibilidade de estar sempre ali para me socorrer nos momentos mais difíceis que enfrentei.

Aos meus familiares, por acreditar em meu potencial, especialmente a minha irmã Maria Eduarda, que sempre esteve disposta a me ajudar em tudo que eu precisava, e a minha mãezinha Raimunda.

Ao meu afilhado, Victor Gabriel, que foi meu ponto de partida, o grande ponto inicial. O menino que me fez escolher o curso de Pedagogia e é por ele que estou concluindo. Agradeço pela paciência que teve comigo.

As minhas madrinhas, Patrícia Lima e Márcia Adriana, que são como uma mãe para mim, mesmo de longe sempre me dando suporte.

Aos meus colegas de curso, em especial as minhas amigas que considero irmãs que ganhei durante esses quatro anos no qual obtive diversas formas de aprendizagem: Aiane, Aline, Cibele, Edna, Elana, Kelly, Sílvia, Vilanir, Yasmim e a minha querida, Rosana Marques, que sempre esteve comigo em todos os momentos difíceis.

A minha orientadora, Professora Mestra Elina Ribeiro, pela oportunidade e pela confiança depositada.

A todos aqueles que de alguma maneira estiveram próximos de mim, fazendo esta jornada valer à pena, em especial: aos professores do curso, que sempre estiveram presentes incentivando-me a nunca desistir e sempre correr atrás de todos os objetivos almejados; ao professor e coordenador do curso Dr. Francisco Claudio de Sousa Silva, pela contribuição na construção de trabalho.

Às escolas que me receberam de braços abertos para a conclusão deste trabalho, em especial à escola Duque de Caxias e ao professor Kelvin.

Toda proposta inclusiva, escolar ou social requer, acima de tudo, aprender a lidar com as diferenças. Fazê-lo, exige, primeiramente, reconhecer que as diferenças existem e que a tão proclamada homogeneidade é ilusória. Em seguida, precisamos estar dispostos a aceitar, afirmar e valorizar as diferenças. (STRIEDER; ZIMMERMANN, 2012, p. 84).

RESUMO

Este estudo objetivou analisar os desafios no ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência visual, a partir das concepções dos professores do ensino regular, pois é evidente a falta de acessibilidade para esse público com deficiência visual. A metodologia aplicada fez menção a vários autores para embasarem os estudos e responder as questões norteadoras como: Fumegalli (2012), Pereira (2015), Damaceno (2012), Sanchez (2005), Battistel (2012), Teixeira (2010), dentre outros. Utilizou-se como pesquisa de campo as escolas públicas de ensino fundamental: Castelo Branco, Duque de Caxias e Coronel Pereira Brasil onde foi entrevistado um professor de cada escola que atua no ensino regular e possuem alunos com cegueira ou baixa visão. Como análise dos resultados obtidos observou-se que é grande a necessidade da construção de ambientes mais acessíveis e de qualificação profissional para que possa acontecer uma educação de qualidade e realmente inclusiva, pois incluir não significar apenas estar naquele ambiente. Incluir vai muito mais além, para uma verdadeira inclusão é necessário entender que todas as pessoas têm a capacidade de aprender das mais diversas formas e com diferentes compassos.

Palavras-Chaves: Acessibilidade Escolar. Deficiência Visual. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the challenges in teaching and learning of students with visual impairment, based on the conceptions of teachers of regular education, as it is evident the lack of accessibility for this visually impaired public. The applied methodology mentioned several authors to support the studies and answer the guiding questions such as: Fumegalli (2012), Pereira (2015), Damaceno (2012), Sanchez (2005), Battistel (2012), Teixeira (2010), among others. The public schools of primary education were used as field research: Castelo Branco, Duque de Caxias and Coronel Pereira Brazil, where a teacher of each school that has been teaching in regular school was interviewed and they have students with blindness or low vision. As an analysis of the results obtained it was observed that there is a great need for the construction of more accessible environments and professional qualification so that a quality and truly inclusive education can happen, since to include it does not mean just being in that environment. Including goes much further, for true inclusion it is necessary to understand that all people have the capacity to learn in many different ways and with different measures.

Key-words: School Accessibility. Visual impairment. Teaching-learning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfis dos entrevistados.....	51
Quadro 2: Possui capacitação para atender o aluno com DV/baixa visão?.....	51
Quadro 3: Como foi receber um aluno com baixa visão/cego?.....	52
Quadro 4: Como você considera o desenvolvimento do seu aluno com cegueira/baixa visão.....	53
Quadro 5: O que você entende por “acessibilidade escolar”?.....	54
Quadro 6: A escola possui as adaptações necessárias para atender alunos com deficiência visual?.....	54
Quadro 7: De quem é a responsabilidade de promover a acessibilidade no ambiente escolar?.....	56
Quadro 8: Sobre a inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes regulares.....	56
Quadro 9: Encontra dificuldade para desenvolver seu planejamento com o aluno DV?.....	57
Quadro 10: A escola disponibiliza materiais didático/pedagógicos suficientes para o trabalho com o aluno DV?.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	12
1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DEFICIÊNCIA VISUAL E A LEGISLAÇÃO.....	12
1.2 DEFICIÊNCIA VISUAL: CONCEITOS, TIPOS, CAUSAS.....	18
1.3 LEI DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE.....	25
2 INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA.....	32
2.1 A ESCOLA INCLUSIVA E O ALUNO COM BAIXA VISÃO E CEGUEIRA.....	32
2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA APRENDIZAGEM DO ALUNO DV.....	36
2.3 VER, NÃO VER, SENTIR E APRENDER: DESAFIOS DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO DV.....	41
3 DESAFIOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ANÁLISE EM TRÊS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ITAITUBA-PA.....	47
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	47
3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS.....	47
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	50
3.4 CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	61
APÊNDICES.....	65

INTRODUÇÃO

O presente trabalho destina-se a pontuar sobre os desafios no ensino aprendizagem de alunos com deficiência visual e a inclusão escolar. A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, onde as escolas vão tratar de estabelecer os alicerces para que possa educar com êxito toda a diversidade de seu alunado. O mesmo teve por objetivo analisar os desafios enfrentados pelos professores do ensino regular de alunos com cegueira ou baixa visão, pois há uma grande ausência de profissionais preparados para atuação com alunos que necessitam de atendimento especializado e que a escola realmente promova a inclusão e a acessibilidade em todas as suas dimensões.

A acessibilidade escolar é de fundamental importância para desenvolvimento social do aluno, pois é através de um espaço acessível que o aluno vai ter a chance de se desenvolver, conhecer e poder enfrentar os obstáculos que o faz se sentirem incapaz de serem independentes. Para um melhor entendimento e organização da pesquisa, foram levantados os seguintes questionamento, como: Como os professores concebem a acessibilidade escolar e como se encontra a estrutura das escolas para atender os alunos com DV/baixa visão? O que é necessário para promover a acessibilidade dos deficientes visuais nas escolas públicas? Quais os desafios do professor no processo de inclusão do aluno com deficiência visual?

Como procedimento metodológico desse estudo, foi utilizado pesquisa bibliográfica sobre o tema em discussão, onde se embasou em autores que melhor ajudou a entender os desafios dos docentes do ensino regular na avaliação dos alunos com deficiência visual, tais como: Fumegalli (2012), Pereira (2015), Damaceno (2012), Sanchez (2005), Battistel (2012), Teixeira (2010), dentre outros. Como pesquisa de campo foram entrevistados três professores do ensino regular que possuem alunos com DV/baixa visão, sendo um de cada escola, a saber: EMEIEF Castelo Branco, EMEF Duque de Caxias e EMEF Cel. Raimundo Pereira Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que buscar compreender a importância da inclusão escolar de todos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos, onde o primeiro capítulo fundamenta a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência visual, a educação inclusiva, deficiência visual e a legislação, e as leis de promoção da acessibilidade. O segundo capítulo, por sua vez aborda a inclusão do aluno com

deficiência visual na escola, as práticas pedagógicas inclusivas na aprendizagem do aluno DV, e os desafios do professor na inclusão do aluno com deficiência visual.

No terceiro e último capítulo apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa, caracterização das escolas pesquisadas, os sujeitos da pesquisa e as concepções dos professores sobre a inclusão e a acessibilidade escolar de alunos deficientes visuais.

1 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DEFICIÊNCIA VISUAL E A LEGISLAÇÃO

Explorando o trajeto histórico da educação brasileira, nota-se grandes transformações e melhorias, principalmente no que se diz respeito à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. A educação tem um valor fundamental na vida de todo ser humano, pois é através dela que se aprende a desenvolver a autonomia e a independência.

Os primeiros projetos de inclusão que se tem notícia são do final da década de 60 na Europa, logo depois em 1975 aconteceu nos Estados Unidos. Mas é possível considerar algumas ações que são de inclusão, quando na segunda guerra mundial (1946), aconteceu um trabalho que envolveu alguns investimentos materiais e econômicos, mas também um investimento humano, em que foi promovido um trabalho solidário para a recuperação da pessoa mutilada pela guerra tanto psicologicamente como fisicamente, o que os tornava deficientes. Pensa-se que a partir dessas primeiras experiências, começou então a ser construído um novo modelo de paradigma para a educação inclusiva.

Em 1990 foi aprovada a declaração mundial que acordava uma educação para todos pela Conferência Mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem realizada na Tailândia. Este encontro foi considerado um marco político-educacional e a elaboração desses documentos vêm inspirando as propostas e os projetos da educação inclusiva (ULBRA, 2009, p. 26).

Também foi firmado o compromisso de promover o acesso aos grupos que são excluídos das oportunidades educacionais a partir dos movimentos pelo direito das pessoas com deficiência. A Conferência Mundial resultou na Declaração de Salamanca na qual teve a participação de 88 representantes de diversos países e 25 organizações internacionais em Salamanca na Espanha, em junho de 1994. Foi reconhecida a necessidade e a urgência na educação para as crianças, jovem e adulta com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). (SANCHEZ, 2005, p. 11).

De acordo com a autora, a escola é o segundo lugar onde todos devem se sentir incluído, uma vez que é o primeiro lugar social iniciador da separação entre a família e a criança. A escola deve estabelecer um grande elo com a cultura, por este motivo tem que ser um ambiente aconchegante, onde todos os seus alunados possam sentir-se parte do ambiente. Deve ser um espaço em que os alunos sintam-se tratados de igual para igual, sem exclusão, sem preconceito. A escola inclusiva é aquela em que todos tenham acesso às oportunidades de se desenvolverem com qualidade.

A Lei nº 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no artigo 55 determina que “os pais ou responsável tem como obrigação matricular seu filho ou pupilos na rede regular de ensino”, já que essa obrigação se dá através de que todos têm o direito independente de possuir alguma deficiência.

Em uma sociedade onde nota-se exageradamente o crescimento da falta de princípios que envolvem a moral e o respeito do ser humano consigo próprio e com os outros, no que se refere à discriminação, competição, marginalização, corrupção e exclusão. A cada dia é raro se presenciar uma atitude solidária em que o indivíduo tenha tolerância, aceitação, cooperação e ética. Nesse sentido, os princípios da educação inclusiva estão eternamente relacionados com o papel ético da escola que é responsável por proporcionar um incentivo à cidadania das crianças através de: celebração da diversidade, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias e cidadania com qualidade de vida. (SASSAKI, 1997 *apud* SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 43).

Segundo Crochik (2002) *apud* Sampaio e Sampaio (2009, p. 44), a educação inclusiva quando trabalhada de uma maneira em que prioriza um ensino com respeito traz para a criança um significado, que seja possível favorecer o desenvolvimento da consciência, mostrando que todos são iguais com os mesmos direitos e deveres não importa a raça, religião, cultura, ou qualquer tipo de limitação seja física ou mental. O autor ainda esclarece que, ao socializar atividades entre as crianças com deficiência e as que não possuem, há a possibilidade das demais ajudarem as que têm dificuldade ou deficiência, ou até uma limitação.

A partir desses pressupostos, Mendonça (2015, p. 04) esclarece que a criança tem como direito estudar no ensino regular, pois através dessa inclusão, a criança com qualquer deficiência pode ser tratada de maneira natural sem nenhum preconceito já que a criança não pode ser afastada das crianças consideradas normais somente por possuir algum tipo de deficiência. Quando ocorre essa

integração tem como benefício a interação entre todos os tipos de crianças para um desenvolvimento em conjunto, porém muitas vezes surge uma enorme dificuldade por parte das escolas pelo motivo de que as mesmas sofrem uma grande dificuldade em conseguir integrar as crianças com deficiência devido à necessidade da criação de condições adequadas.

As contribuições dos estudos de Fumegalli (2012, p. 12) relatam que, várias leis e documentos internacionais estabeleceram os direitos das pessoas com deficiência no nosso país, como a Declaração de Salamanca que presume o direito de educação para todos, e fica evidente que as escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, sociais e outras. Esse é o desafio que todas as escolas devem enfrentar para acolher e ensinar todos os alunos.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, definem que a educação de pessoas deficientes, deve acontecer por meio da rede regular, sendo um dever do estado e da família promovê-la. Segundo a LDB, a escola tem como dever preparar todas as crianças, adolescentes e jovens para a cidadania e também para o mercado de trabalho.

Na Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (Convenção de Guatemala, foi decretada no Brasil pelo Decreto nº 3.956 de 5 de outubro de 2001, que todas as pessoas com deficiência têm o mesmo direito que uma pessoa não deficiente, e a repulsa por todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação.

A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência aborda que:

A família é o núcleo fundamental da sociedade e tem o direito de receber a proteção da sociedade e do estado, [...] as pessoas com deficiência e seus familiares devem receber a proteção e a assistência necessária para que as famílias possam contribuir para o pleno e igual desfrute das pessoas com deficiência. (DEFENDI *et al*, 2008, p. 47).

Conforme os autores, a família desde o princípio é concebida como uma base, e é através dela que se inicia o processo de aceitação de qualquer que seja o seu integrante a inclusão tem que partir da família. Muitas vezes a não compreensão até mesmo a dificuldade na aceitação de ter um familiar com qualquer que seja a deficiência já prejudicar bastante. Existem deficiências que se forem aceitas por familiares desde o início há grandes chances de uma melhora ou até mesmo a curar

muitas vezes por preconceito, a família isola a criança criando uma super proteção onde impende que a mesma se desenvolva e sinta uma pessoa normal como as outras.

Como se pode observar existe outras leis e regulamentações significativas para garantir o direito da pessoa com deficiência. Na Convenção sobre os direitos de pessoas com deficiência (2006), foi discutido e firmado o direito à educação sem discriminação e com igualdade de oportunidade de pessoas com deficiência. Os estados devem assegurar que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional sobre a alegação de deficiência, e que o acesso ao ensino deve ser gratuito.

Battistel (2012, p. 126) ressalta que “a educação inclusiva é um processo amplo, que abrange a inclusão de pessoas com deficiência ou distúrbios de aprendizagem em classe regular de ensino em todos os seus graus”. A inclusão deve ser para todos, pois de modo algum, a pessoa que necessita ser incluído sinta-se tratado de maneira diferente e com preconceito, pois muitas vezes a pessoa ao invés de se sentir incluído, se sente incapaz, excluído por algumas situações que ocorre diariamente na vida social. O indivíduo não procura compreender a deficiência como uma condição, mas sim a classificar de imediato como uma doença.

Ainda de acordo com o autor, o deficiente tem capacidade de ser manter saudável, embora sejam grandes as limitações enfrentadas que a lhe impõe, e para que isso ocorra basta que exista um ambiente adequado não somente para as questões de acessibilidade, mas também que remeta um ambiente acolhedor.

A política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva indica que a educação especial é uma modalidade que percorre todos os níveis realizando o Atendimento Educacional Especializado – AEE, de forma complementar no ensino regular onde o aluno deve receber um atendimento de acordo com a sua necessidade.

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008 *apud* FUMEGALLI, 2012, p.18).

Apesar das grandes mudanças no mundo onde se vive, ainda não é possível viver e demonstrar a diferença, pois se percebe quando as pessoas que lutam por liberdade de expressão acabar discriminando outras por motivos de diferenças de características intelectuais, sociais, físicas, linguísticas e sexuais.

Para Mills (1999) *apud* Moura e Lima (2015, p. 39), a educação inclusiva deve ocorrer de uma maneira onde todos possam aprender juntos sempre que for necessário, levando em conta as diferenças e dificuldades individuais. A educação deve demonstrar práticas de inclusão acabando com qualquer forma discriminatória que possa vir a ocorrer, não somente no ambiente escolar, mas, também em outros locais, pois já que o movimento em favor da inclusão tem como base o princípio de igualdade de oportunidade, isso significa que todos os alunos têm o direito de frequentar escola regular onde toda diversidade tem que ser valorizada com uma construção de aprendizagem oferecida a todos no mesmo espaço escolar com as mesmas oportunidades.

Para Mantoan (2003) *apud* Fumegalli (2012, p. 18) a inclusão é o privilégio para a convivência com as diferenças, ou seja, é a capacidade de entender e reconhecer o outro. Assim sendo, é possível conviver e compartilhar com pessoa que possuam suas limitações, individualidades e particularidades. A autora ainda faz uma reflexão afirmando que estar junto não significa compor o mesmo ambiente, seja na escola, no cinema e no ônibus com um desconhecido, pois isso é apenas uma aglomeração. A inclusão remete a muito mais, significativa interagir com todos de forma igualitária em todos os ambientes. De fato, incluir vem do latim *includere* que significar compreender, abranger, conter em si, envolver, implicar, inserir. Pertencer juntamente com outros, pois de maneira alguma essa definição afirma que o incluído precisar ser igual ou semelhante aos demais ao qual se agregou.

A inclusão escolar só pode ser viável se o professor e todos os que integram a comunidade escolar mudarem sua atitude ao lidarem com a diferença, aceitando-a e estabelecendo novas formas relacionais de afetividade, de escuta e de compreensão, suspendendo juízos de valores como pena, repulsa e descrença. A mudança precisa ser sistêmica. (STRIEDER; ZIMMERMANN, 2012, p.98).

A inclusão é algo fascinante, mas que precisa ser tratado de uma maneira natural sem nenhum tipo de super proteção, pois todos têm que serem tratador de igual pra igual conforme e estabelecido na lei. O que mais acontece no ambiente

escolar é um tipo de inclusão onde na verdade se forem bem observadas acabam se tornando um ato de exclusão. Onde professores e todos os que integram a comunidade escolar acabam passando para todos algo que faça com que pessoa que tem algo tipo de deficiência sintam-se incapaz de desenvolver tais atividades. Como os autores afirmam, a educação inclusiva tem que ser algo que jamais envolva um sentimento de pena, pois através desse sentimento a criança é impedido de se desenvolver de uma forma bem natural com os demais alunos do ambiente escolar.

Em vista dessas afirmações sobre a importância da educação inclusiva escolar, se considera a necessidade de que todos os alunos recebam uma educação que seja de qualidade que esteja centralizada na necessidade individual e como objetivo de incluir, de somar, posto que reconheça a diversidade que existem entre os alunos de uma classe determinada que os mesmos recebam uma educação conforme suas características, uma vez que incrementa as possibilidades de aprendizagem para todos. Portanto, a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, onde as escolas vão tratar de estabelecer os alicerces para que possa educar com êxito toda a diversidade de seu alunado.

O termo inclusão não é exclusivamente um artefato de estudos e pesquisas a respeito de alunos que possui necessidades educacionais especiais ou com deficiência, no entanto é uma maneira que vem ultrapassando conceitos que estaria somente na colocação da criança na escola. A inclusão vem promover o rompimento de cristalizações educacionais que fazem com que muitas pessoas sejam abandonadas à beira do conhecimento escolar simplesmente por apresentarem características ao contrário daquilo que julgam como algo normal acomodado. (DRAGO; RODRIGUES; DIAS, 2014, p. 17).

Entender que a inclusão é uma barreira que precisa ser transposta, que métodos e técnicas de ensino precisam ser revistos e que o ensino coletivo pode ser um caminho interessante para o sucesso da inclusão, são possibilidades para que o processo inclusivo deixe de ser algo apregoado pela legislação e passe a ser parte do dia a dia escolar e social das pessoas que hoje ainda estão fora da escola, ou, estão na escola, mas ainda não fazem parte dela como sujeitos ativos, como consta na história da educação especial. (DRAGO; RODRIGUES; DIAS, 2014, P.19).

Não adianta fechar os olhos e fazer de conta, que pelo simples fato de que existam todos os tipos e classe social em um mesmo ambiente seja ele escola ou social está fazendo história da educação inclusiva. O simples fato de todos estarem em um determinado local não quer dizer que esta pessoa está fazendo parte daquele

ambiente, pois o que, no entanto deve-se observar que esta situação onde a criança está no ambiente, porém de forma alguma é incluído. Pelo contrário, essa criança está sendo excluída por uma simples e incompetente avaliação de que o indivíduo não possui as características consideradas normais, sendo incapaz de se desenvolver com o grupo considerado normal.

A Portaria nº 2.678/2002 veio para aprovar o projeto da grafia braille para a língua portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional. O ministro de estado da educação, no uso de suas atribuições e considerando o interesse do governo federal em adotar para todo o país uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema braille em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a língua portuguesa.

O Decreto nº 6.571/2008 que trata sobre o Atendimento Educacional Especializado foi criado com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados na rede pública de ensino regular, pois o mesmo tem como objetivo propor condições de acesso para esses alunos, além de garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular sem deixa de assegurar condições para que esses alunos possam da continuidade nos estudos nos demais níveis de ensino.

1.2 DEFICIÊNCIA VISUAL: CONCEITOS, TIPOS, CAUSAS

A deficiência visual é a perda total ou parcial da visão podendo ser também a redução da complexidade visual em ambos os olhos seja ela em que o indivíduo já nasceu cego ou adquiriu com o passar do tempo. Quando isso acontece com pessoas idosas ocorre uma maior dificuldade para que esse idoso possa se adaptar no seu dia a dia do que aquela pessoa que já nasceu cega. Um deficiente visual pode ser uma pessoa totalmente cega ou apenas com uma visão subnormal. (BRASIL, 2000a, p. 08).

As pessoas cegas, frequentemente, são tidas como especiais, como portadoras de características profundamente diferenciadas das outras pessoas, tanto na literatura como na mídia em geral. Esse preconceito impede que se perceba o cego como um ser humano. (NUNES; LOMÔNACO, 2010, p. 59).

O termo deficiente visual apesar de grandes mudanças em seu conceito é considerado ainda hoje, um termo muito preconceituoso. Geralmente quando se fala de deficiente visual a tendência é levar diretamente para as pessoas que são totalmente cegas, ou seja, aquelas pessoas que não conseguem enxergar absolutamente nada. Sendo que na verdade a palavra deficiente visual ela significa a ausência da visão integral ou parcial.

A partir dessas considerações, entende-se ainda que, necessidade visual de cada pessoa muda de acordo com o que a mesma vivencia no seu dia a dia, seja com atividades escolares, lazer, do trabalho, das atividades domésticas. E para que possa haver um grande desempenho dessas pessoas é necessária uma grande parceria entre a família, escola e dos ensinos especializados (CARVALHO et al, 2005 *apud* FERRONI; GASPARETTO, 2012, p. 304).

Sá (2012a, p.181) afirma que a deficiência visual é ocasionada por uma variedade de irregularidades ou doenças oculares que geram lesões ou prejuízos na capacidade de percepção visual em consequência de falhas de refração, atrofia do nervo óptico ou alteração da retina. Alguns destes comprometimentos podem ser diminuídos ou corrigidos com assistência de materiais ópticos ou por meio de uma intervenção cirúrgica como é o caso, por exemplo, da miopia, astigmatismo, estrabismo e a hipermetropia. Em diferentes ocorrências, no entanto, ocorrem perdas e lesões irreversíveis que são ocasionados por fatores genéticos, hereditários, doenças infecciosas, vírus da rubéola, uso de medicamentos impróprios dentre outras. A catarata é um exemplo dessa lesão na qual é originada pela opacidade fazendo a dificuldade da passagem da luz para a retina causando a redução ou até mesmo a perda integral da visão.

Os graus de visão abrangem um amplo espectro de possibilidade: desde a cegueira total, até a visão perfeita, também total. A expressão “deficiência visual” se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal. Chama-se visão subnormal, a alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades. (BRASIL, 2000a, p. 06).

Desse modo, a deficiência visual poder ser dividida em dois grupos sendo eles o grupo de visão subnormal e cegos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014), “atualmente 285 milhões de pessoas no mundo possuem DV; destas, 39 milhões são cegas e 246 milhões possuem baixa visão”. Assim, o indivíduo que

tem uma visão subnormal conseguir enxergar com ajuda de auxílios ópticos, pois sofrem de uma leve a uma profunda perda da diminuição das respostas visuais, já quando a pessoa está no grupo dos cegos, não possuem nenhum tipo de recuso óptico que possa ser utilizado para se fazer à correção da ausência da luz que os olhos necessitam para poder focar e ver o que está acontecendo a sua volta.

O aparelho visual é uma estrutura bem complexa que está formada pelo globo ocular e um conjunto de feixes e acabamentos do sistema nervoso fundamental cuja função é a de demonstrar as vibrações eletromagnéticas da luz em impulsos inquietos conduzidos ao cérebro que decodifica e interpreta o estímulo visual. A visão é responsável por detectar grandes e variados tipos de estímulos que ocorre em um determinado ambiente, associando os demais sentidos de maneira integral e simultânea. Por isso que, quando se entra em um ambiente como no supermercado ou até mesmo em um restaurante, pode se observar logo de início a instalação do mobiliário, a organização geral, a ordem e os projetos de estruturação do ambiente e a acomodação dos objetos, maquinário e outros diferentes tipos de aparelhos do espaço. (Sá, 2012b, p. 205).

Ainda de acordo com a autora, “a sociedade é caracterizada pelo ‘visocentrismo’, isto é, a visão ocupa o topo dos sentidos e o centro das atenções e dos sistemas de expressão e comunicação humana”. Assim, já que a visão é um dos sentidos mais utilizados no dia a dia, é através da mesma que o universo do mercado consegue se desenvolver. Quando se anda pelas ruas os olhos passeiam pelas vitrines e são seduzidos e distraídos pelas tonalidades, oscilações, animação e outros convites ou fontes de estimulação visual. Somente com um olhar uma pessoa conseguir se comunicar com outra pessoa já que um olhar falar com intensidade. A televisão os jornais revistas, cinemas, teatros, danças e outras manifestações artísticas e culturais estão carregadas de imagens e solicitação visuais que estão cada dia mais se tornando elementos comuns e sutis do cotidiano.

A criança cega pode perfeitamente se apropriar das significações de seu meio e participar das práticas sociais, pois dispõe do instrumento necessário para isso – a linguagem. Além disso, a concepção de que, com o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, o homem transforma sua relação com o mundo e nela introduz a dimensão semiótica, minimiza a dimensão da perda decorrente da cegueira. (LIRA; SCHLINDWEIN, 2008 *apud* NUNES; LOMÔNACO, 2010, p. 56).

A cegueira é a perda total da visão, assim sendo, quando determinada pessoa perde totalmente a visão os demais sentidos ficam mais elevados, e com isso o indivíduo cego tem a possibilidade de desenvolver suas atividades no dia a dia normalmente sem muitas limitações, pois os sentidos olfato, audição, paladar e tato têm a missão de averiguar as informações responsáveis dos estímulos externos, que quando interligados proporcionam a concepção do local. A cegueira tem uma facilidade de ser identificada com isso auxilia muito na convivência e na aceitação. Diversos fatores podem afetar a potencialidade da visão, pois,

[...] a alteração da capacidade funcional da visão é decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo (BRASIL, 2006 *apud* TORRES; SANTOS, 2015, p. 36).

Por outro lado, a baixa visão ou visão subnormal acontece quando o indivíduo perde uma parte da visão, mas que pode ser recuperada com alguns recursos como óculos, lentes, lupas entre outros materiais ópticos de correção. A baixa visão geralmente passa despercebida por professores e pela família aumentando a exigência da visão para perto. Com a dificuldade para ser identificada atrapalha bastante para o tratamento adequado, pois se não for tratada de uma forma adequada e rápida, a pessoa que possuir baixa visão corre o risco de perder totalmente a visão.

Recursos ou auxílios ópticos são lentes, lupas, telescópios e óculos especiais que ampliam a imagem na retina, melhoram a qualidade, o conforto e o desempenho visual. Devem ser usados mediante orientação e prescrição oftalmológica e, caso necessário, deve haver um acompanhamento ou um trabalho de estimulação visual e de orientação aos professores e a família. (Sá, 2012a, p. 191).

Os recursos ópticos que são utilizados para longe são telescópio, tele lupas, lunetas e teles sistemas, onde a luneta os telescópios e seus similares são objetos que são usados para auxiliam a visão em uma determinada distancia, enquanto os diferentes tipos de lupas são empregados para a ampliação do tamanho de fontes facilitando a leitura, a percepção das dimensões de mapas, gráficos e outros. As lupas são materiais que se utiliza para facilitar a leitura de perto, pois já que a mesma tem como finalidade a ampliação de tamanho de fontes e traços, pôr o uso da lupa reduz o campo da visão fazendo com que a velocidade da leitura diminua causando uma fadiga visual.

Alguns sintomas de deficiência visual são dor de cabeça, tonturas, visão dupla, náuseas. A pessoa com deficiência visual tem mais facilidade para viver com o olho infeccionado levando a comportamentos constantes como esfregar os olhos, piscar, franzir a testa com grande frequência, chegando a lacrimejar.

Quando uma pessoa nasce com o sentido da visão e com o passar do tempo ocorre uma perda visual, guarda algumas memórias visuais e com isso, consegue lembrar-se das imagens, luzes e cores que já conheceu e esse fato é importante na readaptação com o ambiente em que conviver. “Para quem enxerga, é impossível imaginar a vida sem qualquer forma visual ou sem cor, porque as imagens fazem parte de nosso pensamento”. (BRASIL, 2000a, p. 08). Por outro lado, quando a pessoa já nasce com a ausência de sua visão, não possui nem um tipo de armazenamento de imagem, luzes e cores em sua memória, o que vai dificultar bastante por um lado na adaptação com o ambiente, pois já que a visão é essencial para unir o ser humano ao universo.

Entende-se, portanto que, a deficiência visual é causada por diferentes situações que ocorre no órgão da visão, pode ser por uma situação de acidente ou até mesmo uma doença hereditária ou congênita onde a pessoa afetada perde a visão de maneira integral ou parcial.

Algumas doenças que estão ligadas diretamente à deficiência visual que pode causar a perda total ou parcial da visão são: retinose pigmentar, glaucoma, catarata, degeneração macular relacionada com a idade (DMRI), miopia, entre outras, percebe-se que, a retinose pigmentar é uma doença que afeta a visão de uma maneira bem rápida e que se não for levada a sério e tratada de maneira adequada, a pessoa pode perder totalmente a visão, pois essa doença é um distúrbio degenerativo dos bastonetes, sendo bilateral, mas, pode se transformar em uma evolução simétrica.

Outra doença que ataca a visão é o Glaucoma, sendo entendido como um distúrbio que envolve o nervo óptico causando a ausência do campo visual, muitas das vezes isso vem ocorrer por causa do aumento da pressão intraocular. O glaucoma é considerado a segunda doença que mais causa a cegueira irreversível na população. Alguns fatores que são considerados multifatoriais para que essa doença se apodere da população é a idade acima de 60anos, raça negra, altas miopias e problemas de glaucoma na família. (SALAI *et al*, 2011, p. 37).

A catarata congênita é considerada a segunda maior doença causadora de visão subnormal no mundo. É determinada por infecção intrauterina, síndrome

genética, malformação oculares congênitas, envelhecimentos, hereditariedade, usos de medicamentos por um longo período, como é o caso dos corticóides, radiação e a rubéola que é considerada no Brasil uma das grandes responsáveis pela catarata. A catarata trata-se de uma doença que possui prevenção, quem possui diabetes tem que ter um cuidado mais elevado, pois nestas pessoas a catarata se desenvolve mais precocemente ocasionando uma perda visual bem mais rápida que o normal. (CABRAL *et al*, 2012, p. 01,02).

Ainda segundo o autor, a ausência evolutiva dos atributos visuais são um dos primeiros sintomas da catarata, pois em certos momentos a vista fica embaçada e a visualização dos objetos se apresenta de maneira distorcida e amarelada. A pessoa afetada com catarata, mesmo usando óculos continua a enxergar de maneira embaçada necessitando sempre de luz para enxerga melhor. A catarata é diagnosticada pelo médico oftalmologista por meio de teste da acuidade visual, exame com lâmpada de fenda, exame da pressão ocular e da retina. A catarata é corrigida através de uma cirurgia para a implantação de lentes intra-ocular.

Segundo os estudos de Nehemy (2006, p. 955), “a principal causa de cegueira legal em pessoas acima de 50 anos e a degeneração macular relacionada à idade”. Apesar de ser uma doença ocasionada multifatorial a estudos recente que aponta que a genética é um fator que desempenha um papel fundamental para a sua ocorrência, alguns estudos ainda não completos aponta um maior risco da DMRI em pessoas brancas, fumantes e que apresentar uma elevada massa corporal. Ainda de acordo com o autor, ainda não existe um tratamento adequado para a degeneração macular relacionado à idade, pois o que foi encontrado até o momento é um tratamento não muito satisfatório.

Outra enfermidade que acomete a visão chama-se Miopia. A Miopia pode ser considerada em três níveis: miopia ligeira, moderada e alta, sendo definida como uma má formação da visão, que deixa uma visão embaçada quando se tenta enxergar de longe. Assim, a Miopia se estabiliza normalmente quando a pessoa completa a sua faixa de crescimento. Com o uso dos óculos é possível obter uma visão normal. Quando está classificada de 6 graus em diante é vista com grande perigo, pois é um grau muito alto, sendo considerada uma condição crônica e degenerativa que pode causar um grande problema com o fundo do olho. A miopia pode levar a cegueira quando há uma deformação ou deslocamento podendo aparecer agregada à catarata e ao glaucoma. (TEIXEIRA, 2010, p. 02). Nesse caso, com a perda integral da visão

o que resta é uma grande escuridão onde o paciente vai ser considerado cego. Quando acontecer apenas a perda parcial da visão é definido como baixa visão onde o indivíduo vai sofrer uma alteração no Glaucoma que está ligado diretamente ao nervo óptico da visão, seja ela moderada ou extrema, pois o nervo óptico é responsável por levar as imagens para o cérebro.

A condição visual de uma pessoa com baixa visão é instável e oscila de acordo com o tempo, o estado emocional, as circunstâncias, as condições de iluminação natural ou artificial dentre outros fatores. Isto quer dizer que um estímulo ou um objeto pode ser visto em uma determinada posição ou distancia pela interferência de um foco de luz e sombra. O mesmo objeto deixa de ser percebido mediante alterações de iluminação. O aluno enxerga o que está escrito na lousa ou no caderno e cinco minutos depois deixa de enxergar em decorrência do reflexo da luz do sol. (SÁ, 2012a, p. 186).

Uma pessoa com baixa visão depende muito da iluminação para se definir o nível em que conseguir enxergar, pois como a autora citou que uma pessoa que tenham baixa visão pode está enxergando muito bem, porém cinco minutos depois não consegue mais enxergar com nitidez. Por este motivo faz-se necessário um cuidado bem maior com estas pessoas.

Na escola alguns educadores chegam a ficar confuso diante das oscilações entre o ver e o não ver. Muitos desses educadores que não conhece esta condição visual ao se encontram com esta situação acabam ignorando essa dificuldade que o aluno enfrenta dentro da sala de aula. O educando, por sua vez, acaba sendo julgado como um aluno distraído, ausente, desinteressado, preguiçoso, voluntarioso, apreensivo e que só pratica o que almeja e quando deseja. Na realidade, esses sujeitos são tratados como se enxergasse tudo ou coisa nenhuma isto porque a baixa visão é uma condição visual complicada e modificável por isto ela precisa ser identificada e compreendida para que se possam impedir julgamentos que venham a prejudicar o indivíduo que tem baixa visão.

As causas mais comuns de deficiência visual são as causas congênicas que ocorrem por meio da retinopatia em virtude de partos prematuros, cataratas congênicas ou hereditárias, glaucoma hereditário congênito, coriorretinite ou por infecção. As adquiridas são causadas por descolamento de retina, glaucoma, cataratas, traumas degeneração de senilidade do indivíduo e diabetes.

Entre os dois extremos da capacidade visual estão situadas patologias como miopia, estrabismo, astigmatismo, ambliopia, hipermetropia, que não constituem necessariamente deficiência visual, mas que na infância devem ser identificadas e tratadas o mais rapidamente possível, pois podem interferir no processo de desenvolvimento e na aprendizagem. (BRASIL, 2000a, p. 06).

Os tipos e consequências para um desempenho visual de um indivíduo são variados assim como as etiologias causadoras da doença e os recursos para estagnar a mesma. Existem diferentes tipos de consequências que varia de pessoa para pessoa, nem sempre uma pessoa portadora da mesma doença vai reagir da mesma forma. Um exemplo é a iluminação, enquanto uma pessoa precisa de uma iluminação especial, outra podem necessitar apenas de uma simples mudança de ambiente. (LAPLANE; BATISTA, 2008, p. 215).

Durante muitos anos foi entendido que uma pessoa que possuísse deficiência visual era vista pela sociedade como uma incapaz, quando se encontrava alguém que falasse bem e que tinha um grande desempenho que satisfazia a todos as pessoas ficavam abismados, pois antigamente o deficiente visual era apenas um incômodo, uma pessoa que não tinha utilidade, uma vez que deveria estar sempre com um guia. Nos dias atuais, essas ideias e preconceitos estão mudando apesar de não ser com a agilidade que se gostaria, mas muitos serviços de auxílios a pessoas com deficiência visual já estão disponíveis hoje (BRASIL, 2000a, p. 10, 11).

1.3 LEI DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE

No dia 19 de dezembro de 2000, entrou em vigor a Lei federal nº 10.098 estabelecendo normas gerais com critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas deficiente ou com mobilidade reduzida. Esta Lei determina a promoção da acessibilidade para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, diante da anulação de barreiras e obstáculos situados em vias públicas, no mobiliário urbano, na construção e reformas que acontece em edifícios e nos meios de comunicações e transportes públicos (BRASIL, 2000, p. 159).

A acessibilidade é determinada como uma facilidade e condição que ajudar na utilização de mobiliários e equipamentos urbanos das edificações, dos transportes e sistemas e meio de comunicações de pessoas deficientes ou com mobilidade limitada essa acessibilidade vêm garantir o cuidado com segurança e autonomia para pessoas que possuir alguma limitação. (GOMES; REZENDE; TORTORELLI, 2010, p. 131).

Ainda segundo os autores, para a legislação brasileira todo indivíduo, inclusive os que apresentam algum tipo de deficiência tem como direito o acesso à saúde, educação, lazer e ao trabalho, portanto, dever ser respeitado e garantido esse direito.

Para Silva e Segalla (2013, p.11), “O Brasil encontra-se em desenvolvimento de políticas públicas e de inclusão de pessoas deficientes onde a mesma tem como intuito de trazer proteção para essas pessoas, mas também direitos e deveres e essencialmente que são seres humanos”. Desse modo, busca-se com a acessibilidade proteger e garantir a igualdade e o acesso aos locais públicos e transportes coletivos às pessoas que por algum motivo apresenta limitações definitivas ou temporárias.

Conforme o Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004, a acessibilidade está associada ao fornecimento das condições para a utilização com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transportes e dos dispositivos, sistemas ou meio de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A acessibilidade de diversos grupos como, por exemplo, os de mobilidade reduzida respondem a necessidade de afirmar que não são somente as pessoas com deficiência que enfrentam os problemas com acessibilidade, mas sim outros grupos da sociedade também, tais como os idosos, obesos, cardíacos, pessoas com problemas respiratórios, mulheres grávidas, pessoas com carrinho de bebê ou de compras, e todos aqueles que, por alguma razão, veem limitada sua capacidade de deslocamento ou de acesso. (MOURA; LIMA, 2015, p. 19).

Segundo os autores, a acessibilidade compreende um direito de todos, é uma forma de incluir qualquer pessoa que esteja necessitada de um meio para se locomover com segurança, seja uma pessoa deficiente ou apenas com uma limitação passageira, como no caso de mulheres grávidas, pessoas obesas, idosas, etc. É direito que haja a promoção da acessibilidade a todos os cidadãos brasileiros garantindo aos mesmos o direito de ir e vir. Conforme relatado anteriormente, a acessibilidade e a inclusão social estão profundamente ligadas. De fato, a acessibilidade é a condição para que haja uma facilitação no acesso de pessoas em vários âmbitos da vida social, sendo que esta é uma condição necessária e fundamental para todo o processo de inclusão social.

A acessibilidade é um direito regulamentado no Brasil pela Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT/NBR 9050, 2004). A norma brasileira entende a

acessibilidade como um direito universal, solidificado no direito constitucional de igualdade que está fundamentado nos direitos humanos e de cidadania. Esse direito iniciou pela Constituição Federal de 1988, que assegura o direito da cidadania e dignidade da pessoa humana. No artigo 5º afirma que, “todos são iguais perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza”. Vale ressaltar que nos artigos 1, 3, 23, 24 e 203 mencionam os direitos igualitários e individuais, o livre-arbítrio o conforto e a segurança independente da sua condição física, raciais e social, o estado, reconhece que “todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei”. Desse modo, garante aos brasileiros e estrangeiros que residentes no país a inviolabilidade do direito à vida a igualdade, liberdade, segurança, e a propriedade. (CALDAS; MOREIRA; SPOSTO, 2015, p. 26).

Conforme o manual de acessibilidade ABNT (2004) existe vários obstáculos que atrapalha o acesso de pessoas com necessidade especiais como escadas sem corrimões, degraus inadequados, locais sem rampas para cadeirante, ausência de sinalização tátil no chão, falta de manutenção nas ruas e calçadas, também se pode encontrar essa falta de adaptação em escolas, tetos e ginásios. Desta maneira, Lamônica e colaboradores (2008) *apud* Gomes, Rezende e Tortorelli (2010, p.131) afirmam que todos os cidadãos devem ser percebidos com igualdade resultando em um reconhecimento que possa atender todas as suas necessidades que ficam específicas.

A Lei 9.050 da Acessibilidade foi criada com a finalidade de estabelecer diretrizes, critérios e recomendações para a promoção das diversas condições para a acessibilidade dos bens culturais imóveis. Tendo como referência básica a Lei Federal nº 10.098/2000, as soluções que são adotadas para a eliminação, redução e até mesmo a superação das barreiras enfrentadas na promoção da acessibilidade aos bens culturais e imóveis. Deve em cada caso assegurar as condições de acesso, de trânsito de orientação e de comunicação, facilitando assim então o acesso de todos esses bens para o público.

O mundo está a cada dia mais caminhando para uma sociedade mais acessível, onde se pode perceber cada vez mais mudanças no que se refere a construções civis em escola, shopping, cinemas, bancos e outros pontos, seja ele público ou privado, assim essas medidas estão classificadas em seis dimensões de acessibilidade. Segundo Sassaki (2005, p. 23), “As dimensões das acessibilidades

arquitetônicas são as barreiras ambientais que estão em todos os requisitos internos e externos das escolas e dos transportes coletivos”.

Acessibilidade comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

A *acessibilidade comunicacional* é conectada com os obstáculos de comunicação interpessoal que acontece por meio de (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal e linguagem gestual). Comunicação escrita, que é aquela que nós vemos em: (livros, jornais, cartas, revistas, apostilas etc.) comunicação virtual que possibilita a acessibilidade digital. Deste modo, ela oferece uma solução através de materiais, atividades e bens culturais que tem como finalidade proporcionar independência e autonomia aos indivíduos que precisam destes serviços exclusivos para poder ter acesso aos conteúdos propostos, como áudio descrição, legendas, janela de Libras, impressões em braille e dublagem são alguns dos exemplos existentes.

É através da comunicação que as pessoas conseguem se expressarem trocarem experiências de diversas maneiras dentro da sociedade. Estas comunicações podem acontecer não somente de uma maneira oral mais sim de diversas formas onde uma das mais conhecidas é a comunicação através de desenhos, já que podemos perceber que ela surgiu ainda na evolução biológica do homem. Sassaki (2005, p. 23) cita ainda que:

Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação de todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc).

Acessibilidade metodológica está associada a técnicas e métodos de estudos sem barreira (adaptação curricular, aulas baseadas na inteligência múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática). No entanto, esta acessibilidade deve ser empregada para garantir

que todos os procedimentos de ensino, lazeres e trabalhos aconteçam de um estilo homogêneo para que não possam permanecer barreiras que intervenham nos métodos e nas técnicas de estudos no ensino aprendizagem, no trabalho onde deve haver uma facilitação no profissionalismo, em lazeres que envolve o social a comunidade e a cultura social, sem falar na convivência com a família onde surgir os melhores métodos e técnicas que facilitem a relação à convivência entre os mesmo.

Acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudos (lápis, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc.). (SASSAKI, 2005, p. 23).

A acessibilidade instrumental instrumentos e utensílios de estudos adaptados sem barreiras que dificulta no manuseio do mesmo como: (lápis, caneta, transferidor, régua, teclado de computador e materiais pedagógicos), de atividades diárias do dia a dia (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, anda, tomar banho, etc.). Esta acessibilidade ocorre quando os instrumentos diários não atendem a necessidade de pessoas que possui algum tipo de limitação, então se faz necessário a utilização da adaptação destes instrumentos para que possam atender à necessidade garantindo condições de igualdades com outros indivíduos para um ótimo progresso na vida social.

Acessibilidade programática, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral. (SASSAKI, 2005, p.23).

Acessibilidade programática constata-se com as leis, regulamentos, portarias e políticas vinculadas a políticas, pois essas são barreiras invisíveis que ocorrem nas políticas públicas que estão em regulamentos e normas em geral ou quando garante o direito dessas pessoas que têm certa limitação, deixam de ser obedecidas. Enfim, de que adianta tantos direitos, normas que garante o direito integral de pessoas com limitação se não possui uma fiscalização de qualidade e uma cobrança para que estes direitos sejam postos em práticas para que realmente aconteça Pode-se perceber que existem ainda na sociedade muito preconceito e desrespeito com as pessoas que necessitam de uma acessibilidade para poder conviver diante da sociedade.

Acessibilidade atitudinal, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (SASSAKI, 2005, p. 23).

A sexta e última acessibilidade que é de grande importância para a inclusão é a *acessibilidade atitudinal* que ocorre “por meios de programas e práticas de sensibilização e conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando assim nas quebras dos preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminação. Esta acessibilidade vem quebrando o preconceito a discriminação com as pessoas que são deficientes ou que esteja com algum tipo de limitação que impeça de exercer alguma atividade. Algumas vezes mesmo sem se dá contar e manifestar algum tipo de discriminação acaba-se contribuindo para que isto ocorra. A partir do momento em que se deixa de zelar pelo cumprimento dos direitos das pessoas, no entanto a se ver algum tipo de preconceito ou um transporte não acessível nada faz para mudar.

Portanto, Manzini (2008) *apud* Ribeiro (2011, p. 84) considera as expressões acessibilidade ao currículo acessibilidade atitudinal equivocada, porque não se voltam às questões concretas que estão relacionadas ao cotidiano, não indica um produtor concreto e por entender que esta supera a definição expressa na Lei 5.296, a qual está voltada à barreira que pode ser concretamente transposta. De fato, a acessibilidade não deve se restringir somente no que diz a lei, pois se considera que é favorável falar em acessibilidade atitudinal a qual deduz um contexto que seja livre de preconceito e de discriminação.

A acessibilidade é vista de forma geral como uma maneira em que a infraestrutura urbana seja construída observando toda a diversidade de locomoção da população existente, pois, o acesso deve ser fácil de uma maneira que todos possam usufruir de todos os locais, seja público ou privado. Nesse contexto, para ser ter um ambiente mais acessível faz-se necessário ter acessos com rampas, corrimões, elevadores, pois seria importante para a locomoção adequada para as pessoas que possuam dificuldades ao se locomover.

Quando se fala em simplificar, facilitar, a questão de acessibilidade fica ainda mais entendida na mente das pessoas, o que no caso de uma maneira contrária, o que mais se vê são projetos inacabados ou nem começados, promessas a fim de mudar essa realidade que atinge muitas pessoas, mas infelizmente, ficam só no papel, à espera de ações que mudem essa triste

realidade das pessoas, com necessidades especiais, ou com mobilidade reduzida. (PEREIRA, 2015, p. 39).

É bem comum verificar nos ambientes que se frequenta diariamente, a falta de acessibilidade para pessoas que possui algum tipo de limitação e essas barreiras chegam a constranger a pessoa deixando a mesma se sentindo incapaz, diferente das demais. Apesar de que, no papel, os projetos de acessibilidade são bem bonitos, porém o mesmo não corresponde à realidade. Nas ruas mesmo pode-se observar as calçadas e ruas inadequadas, sem sinalização, principalmente para o deficiente visual. Também é possível observar nos transportes coletivos a falta de respeito das pessoas para com os que apresentam alguma limitação ou deficiência.

O Artigo 34 do Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004 normatiza sobre os sistemas de transporte coletivos que são considerados acessíveis quando todos os seus elementos são concebidos, organizados, implantados e adaptados segundo o conceito de desenho universal, garantindo o uso pleno com segurança e autonomia por todas as pessoas. Desse modo, a base de veículo coletivo deve estar de acordo com a necessidade de todos de uma forma acessível e de maneira que sempre esteja disponível para atender a necessidade do deficiente, do idoso, grávidas e pessoa que por algum motivo esteja com dificuldade de se locomover.

É de inteira responsabilidade das empresas concessionárias e permissionárias que são responsáveis pela gestão dos serviços de transportes. Ainda devem permitir condições de ingresso com segurança e autonomia de todos os espaços mobiliários e aparelhamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, da comunicação e transporte servindo para pessoa com deficiência ou com algum tipo de mobilidade reduzida.

2 INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA

2.1 A ESCOLA INCLUSIVA E O ALUNO COM BAIXA VISÃO E CEGUEIRA

A escola inclusiva ela não depende apenas de decretos ou diretrizes, mas sim de atos que devemos sempre auto avaliar, pois para que possa ocorrer uma educação inclusiva de qualidade é necessário que haja consciência de todo o conjunto que forma a escola. Não basta ter uma escola dentro dos padrões físicos para receber qualquer tipo de aluno que necessita está ali, se não houver um acolhimento emocional que faça a cada pessoa se sentir parte do ambiente. Para que aconteça uma educação inclusiva jamais devemos demonstrar qualquer forma de super proteção e sim, tratar o aluno com igualdade para que os mesmos possam se sentir capaz de desenvolver as mesmas atividades que os alunos considerados normais. (FUMEGALLI, 2012, p. 24, 25).

Ainda de acordo com a autora, o número de alunos incluídos na educação inclusiva triplicou, mas comenta ainda existir um grande contingente de pessoas que possuem deficiência e estão fora dessa educação inclusiva e isso ocorre muitas vezes por preconceito ou falta de conhecimento das leis que os amparam e os beneficiam.

Uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares. (MANTOAN, 1998 *apud* FUMEGALLI, 2012, p. 25).

Como se constata, a educação inclusiva ocorre de tal modo onde todos devem ter a mesma oportunidade de aprender, onde todos têm que possuir maneiras para um ótimo desenvolvimento de atividades para que possam ser considerados de igual para igual sem nenhuma limitação para a assimilação dos conteúdos curriculares.

Muitos alunos deficientes visuais tendem a se isolarem, por falta de confiança para se locomover e de participar muitas vezes de algumas atividades em grupos. Quando se percebe que esta exclusão que parte diretamente do aluno deficiente visual, o professor tem que promover algum tipo de contato social e ficar atento a qualquer situação que seja observada fora do normal. A deficiência visual pode ocorrer com qualquer pessoa independentemente da idade.

Ensinar atendendo as diferenças não resulta em mudar a maneira de ensinar a criança com deficiência, mas sim de adotar uma nova proposta pedagógica integradora, a qual atenda as diferenças de todos os estudantes, porém isso depende de abandonar as condições de um ensino transmissivo, o qual leva o sujeito a copiar sempre um modelo posto pelo sistema educacional, mas procurar metodologias que contribuam com a aprendizagem desses estudantes. (MANTOAN, 2003 *apud* SILVA; OLIVEIRA, 2007, p.03).

O docente dever estar atento para que não ocorra nenhum tipo de problema, por isso é muito importante que haja um treinamento não somente para os docentes, mas sim, para todos que fazem parte da escola para que quando a escolar receber esse tipo de aluno não ocorra uma insegurança. Entretanto, sabe-se que, nem todas as pessoas estão capacitadas para lidar com algumas situações quer requer uma atenção especial. E com a falta de capacitação dos funcionários que estão ali naquele ambiente para receber alunos portadores de deficiência visual poder vir a prejudicar a inclusão dos mesmos.

Segundo Haas e Clarissa (2015, p. 145), a formação continuada para a educação especial dever ser elaborada de acordo com a necessidade da comunidade favorecendo assim uma grande análise no cotidiano da escola trazendo soluções para a problemática do diálogo entre a teoria e a pratica como o que ser feito? O porquê de fazer? E como fazer? Pois essa indagação mostra algumas pistas para as realizações de um bom trabalho com todo o tipo de aluno. Através da qualificação dos docentes pode ser construído um caminho de soluções e preparação para que os mesmos possam lida com qualquer tipo de situação que possam vir a ocorre durante o atendimento educacional.

A família tem uma significativa influência no desenvolvimento do ensino aprendizagem do aluno com deficiência visual. O momento em que a criança dá início à educação escolar, a família tem que estar atenta para todos os acontecimentos, pois ali é o primeiro passo para a vida social. Faz-se necessário o acompanhamento para que a criança sinta-se confiante e não se sinta excluído daquele ambiente de pessoas considerado normais.

É fundamental que a família saiba que a sua criança com deficiência visual tem os mesmos direitos educacionais de todas as outras crianças, como e previsto nas leis de inclusão escolar. Ou seja, ela tem o direito de frequentar os espaços escolares comuns a todos e os pais podem e devem exigir esse direito, fazendo com que isto se torne uma realidade. (DEFENDI et al, 2008, p. 21).

É natural que os pais se sintam inseguros e ansiosos quando o seu filho vai dá início a vida escolar, pois muitos têm medo das diversas situações que ocorrem na sociedade, mas, é muito importante que isso não ocorra, porque quando a família fica ansiosa passa isso para a criança. Os pais têm quer ter conhecimento sobre os direitos educacionais que seus filhos possuem, e muito importante que além de conhecer as leis, e ainda conhecer também dos materiais utilizados para a facilitação da aprendizagem de seus filhos.

No espaço escolar na modalidade de educação infantil existem variados tipos de atividades pedagógicas que facilitar a interação entre as crianças deficientes visuais e as não visuais. Isto pode acontecer através de atividades em grupos, brincadeiras e até mesmo aquelas tarefas que envolvam materiais visuais como o lápis, papel, recortes e outros que venham a criar relevos nos desenhos ou que venham fazer um contraste de cores.

Quanto à entrada no ensino fundamental, temos que lembrar que, além do direito de frequência à escola comum, o aluno com deficiência visual tem direito de acesso ao material adequado para seu aprendizado, que deve ser providenciado pela escola. Atualmente, existe o auxílio dos CAPEs (Centro de Apoio Pedagógico Especializado), que são unidades governamentais responsáveis pelo apoio à escola e ao aluno com deficiência e que atendem as necessidades de cada estado em território nacional. (DEFENDI *et al*, 2008, p. 23).

Ao passar pelo ensino infantil, a criança chega ao ensino fundamental mais confiante e com o social bem desenvolvido, porém os pais devem estar mais atentos no acompanhamento de seu filho. É notório que a participação da família é muito importante em todas as fases da inclusão escolar, não basta apenas levar a criança para a escolar, mas sim participar do seu desenvolvimento. Na sala de aula, os pais devem estar sempre participando de eventos que acontecem na escola, seja eles reuniões, comemorações e sem falar na curiosidade que deve se ter com as atividades e desenvolvimentos diários que seus filhos adquirem na escola.

Através de um acompanhamento diário os pais ficam, mas aptos para ajudarem no desenvolvimento das atividades escolares que vem a contribuir para o desenvolvimento educacional do indivíduo que por algo motivo tem deficiência visual.

Na Escola Inclusiva não existem classes especiais. Ou melhor, todas as classes e todos os alunos são muito especiais para seu professor. E você sabe que isso é verdade por experiência própria. Você sabe que o Joãozinho aprende uma palavra muito melhor quando você faz um desenho na lousa.

Que a Mariazinha entende mais quando você canta uma música inventada para a aula de Ciências. Que o Pedro entende melhor a tabuada quando você usa palitos de sorvete ou sementes. E por isso, muitas vezes, você passa, de carteira em carteira, explicando a mesma coisa de um jeito diferente para cada um deles. (GIL, 2005, p.19).

De acordo com o autor, a inclusão escolar deve acontecer com todos de uma maneira em que cada aluno, seja ele com necessidade especial ou não deve ser tratado com igualdade e respeito, pois cada aluno possui uma forma, maneira de se desenvolver diferente. Este professor deve reconhecer a deficiência deste aluno como mais uma das muitas características diferentes que o aluno poder ter, respeitando essa diferença e buscar métodos diferenciados e adequados para poder transmitir o conhecimento e conseguir avaliar de maneira coerente o desenvolvimento de cada um.

Ainda para Gil (2005, p. 25), a educação inclusiva vem para oportunizar o acesso de todas as crianças seja ela deficiente ou não. Esta oportunidade de convivência entre cada pessoa oferta uma diversidade de valores que favorece a todos que estão envolvidos. Os alunos deficientes aprendem de uma maneira mais agiu através dos modelos positivos elaborados pelos colegas, aprendendo que ainda poder contar com o apoio dos demais colegas e, além disso, os ajudar e aprendendo a combater seus problemas com suas próprias dificuldades e com as dos colegas quer com eles convivem.

Nesse contexto, os alunos sem deficiência também têm grandes aprendizagem com a inclusão escolar já quer os mesmo vão ter a oportunidade de lidar com a variedade de diferenças que podem ser encontradas na sociedade, aprendendo a respeitar, o limite de quer cada pessoa necessita e com isso ele tomar consciência de partilha da aprendizagem. Com isso pode-se perceber que todos ganham com a inclusão, todos aprendem aceitar, reconhecer, respeitar, a construir, a desenvolver diversas atitudes de apoio mútuo além de estarem aprendendo a desenvolver uma sociedade que apoia todos que aceitar, pois acaba diminuindo a ansiedade diante todas as dificuldades que se apresentar frequentemente na sociedade.

Quando a educação inclusiva é aceita, abandona-se a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuírem para o mundo. Ela também requer a superação da tradicional concepção antropológica de seres humanos ideais, sempre dispostos a uma entrega generosa em prol do bem comum. É difícil para o ser humano estar em contato, estar presente e confirmar o outro, suspendendo os seus preconceitos, permanecendo aberto

para a alteridade, sem que haja qualquer diferença visível ou manifestação de necessidades especiais. (STRIEDER; ZIMMERMANN, 2012, p. 87).

Portanto, a educação é um direito de todo ser humano, portanto faz se necessário a inclusão onde todos aceitem desconstruindo um tabu que existe onde julga as pessoas com necessidades especiais diferentes incapazes. E a educação inclusiva vem cada dia mais contribuindo para um mundo onde todos ser aceitem independentemente de qualquer diferença.

É admirável quando se busca conhecer e compreender todo o desenvolvimento humano diante as suas relações no processo de ensino e aprendizagem. Com a inclusão percebe-se a abertura de um grande horizonte para o desenvolvimento da sociedade já que a educação inclusiva é uma ação que tem como objetivo a aceitação e a compreensão do outro.

2.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA APRENDIZAGEM DO ALUNO DV

De acordo com Sá (2012a, p.184), os alunos considerados cegos devem aumentar a formação de rotina e de posturas, destreza tátil o sentido de orientação, esquemas e critérios de ordem e organização, esses alunos devem reconhecer todos os desenhos, mapas, diagramas, gráficos, maquetes constituídas por relevos em meio a outras capacidades. O professor tem que realizar o ensino de maneira estratégica onde todas as avaliações que fazem parte do processo de ensino sejam adequadas para as condições visuais de cada aluno.

O professor dever valorizar o comportamento exploratório, a estimulação dos sentidos remanescentes, iniciativa e a participação ativa. Algumas atividades predominantemente visuais devem ser adaptadas com antecedência, e outra durante a sua realização, por meio de descrição, informação tátil, auditiva, olfativa e qualquer outra referência que favoreça a configuração do cenário ou do ambiente. É o caso, por exemplo, de exibição de filmes ou documentários, excussões e exposições. (SÁ, 2012a, p.184).

Os recursos que estão destinados a esses alunos que tem uma baixa visão ou cegueira devem ser inseridos em situações e vivências cotidianas que venha a explorar os demais sentidos desse aluno. Para isso existem diversos recursos como os tecnológicos, equipamentos e jogos pedagógicos que vem a ser importante para a aprendizagem desses alunos. Por isso, o professor dever ter conhecimento de todo os materiais antes mesmo de passar para o aluno, pois é o professor que vai fazer a

observação do material didático e adaptar para o seu uso adequado com todo e qualquer tipo de necessidade individual de cada aluno.

Ainda de acordo com a ideia de Sá (2012a, p.184), ao se iniciar uma aula diversificada que esteja voltada a inclusão do aluno cego ou com algum tipo de deficiência visual o professor deve analisar todos os equipamentos. Ao fazer utilização de slides, gravuras, cartazes, fotos, ilustrações e outros tipos de recursos visuais deve se certificar que todos os materiais estão acompanhados de informações e descrição oral e que seja de maneira sucinta e objetiva. No entanto, se o professor identificar que não possui uma descrição sonora da matéria que vai ser passado para o aluno cego ou com deficiência visual, ele pode trabalhar com o aluno em forma de um resumo ou sinopse escrito em Braille ou até mesmo gravado.

Alunos cegos devem desenvolver a formação de hábitos e de postura, destreza tátil, o sentido de orientação esquemas e critérios de ordem e organização, o reconhecimento de desenho, gráficos, diagramas, mapas e maquetes em relevo, dentre outras habilidades. As estratégias de aprendizagem, os procedimentos, o acesso ao conhecimento e à informação, bem como os instrumentos de avaliação, devem ser adequados as condições visuais destes educandos. (SÁ, 2012b, p. 211).

O educador deve valorizar todo o desempenho exploratório que já vem na bagagem do aluno com deficiência visual, verificar todo o conhecimento que esse aluno já possui e trabalhar de maneira didática onde desperte a curiosidade e o interesse desse aluno. Vale ressaltar que nem todo aluno é igual por este motivo o professor deve trabalhar de maneiras diversificadas, mostrando para o aluno várias formas que se poder ser trabalhado um conteúdo e nunca esquecendo que todas as atividades têm que ser adaptadas antes de ser apresentada em sala de aula, pois facilitar e evitar o constrangimento com o aluno deficiente visual.

O ajustamento e a organização de material em relevo pode ser feito de maneira artesanal, computadorizada ou pela composição das duas formas de produção. Pode ser citada como exemplo dessa produção, a confecção de gráficos que tem a suas linhas pontilhadas com a maquineta do Braille que logo em seguida são realçadas com a utilização de barbantes. Estas impressões já são realizadas diretamente com impressoras atualizadas com o software específico que foi criado diretamente para atender o público de pessoas cegas que necessita de material em Braille para poder desenvolverem atividades e adquirir conhecimento de maneira apropriada (SÁ, 2012b, p. 231).

O sorobã foi instituído como recurso educativo imprescindível para a execução de cálculos matemáticos por alunos com deficiência visual pela portaria ministerial nº 1.010, de maio de 2006, que autoriza seu uso em concursos públicos, vestibulares e outros exames. (SÁ, 2012b, p. 233).

A utilização do Sorobã facilita na identificação e compreensão de atividades que são relacionadas com números. Com a criação deste material didático as pessoas cegas ou até mesmo com baixa visão passaram a ter a oportunidade de aprendizagem de maneira mais adequada no ensino de matemática. O Sorobã é composto por cinco contas que estão localizadas em cada eixo do mesmo e também uma borracha compressora que seve para deixa as contas bem firmes para a facilitação da leitura tátil.

O autor ressalta ainda que, “o sorobã deve ser introduzido desde o início da escolarização, a partir de atividades exploratórias com o uso de material dourado e blocos lógicos que possibilitam o ensino aprendizagem do sistema de numeração”. Com os desenvolvimentos dessas atividades, o aluno cego ou com deficiência visual vai sentir mais segurança para desenvolver com habilidades e competência qualquer situação que venha envolver o uso da matemática dentro ou até mesmo fora do ambiente escolar.

O sistema Braille foi apresentado ao instituto de cegos em 1829 e adotado na França em 1854. Finalmente ganhou legitimidade universal em 1878, num congresso internacional realizado na França com o objetivo de avaliar os métodos existentes para leitura e escrita das pessoas cegas. Desde então se tornou o mais eficiente e utilizado meio de alfabetização de pessoas cegas em todo o mundo. (SÁ, 2012b, p. 223).

Através da criação de Louis Braille nasceu uma nova fórmula que traz a oportunidade para as pessoas que não tem a oportunidade de enxergar normalmente como as demais. Por meio deste sistema o indivíduo que é cego tem a chance de aprender a ler e escrever normalmente como uma pessoa quer possui o sentido da visão perfeito. Este sistema é considerado um código de transcrição no qual cada sinal braille corresponde a uma letra do alfabeto sem alteração em seu valor fonético.

O alfabeto em Braille é constituído por uma base onde possui seis pontos alinhados em duas colunas verticais, sendo que são três pontos à direita e três a esquerda que ficar localizada em uma pequena cela triangular conhecida como cela Braille. Esta combinação em uma sequência de celas consegue gera sessenta e

quatro sinais que simulam as letras, números, pontuações, vogais acentuadas, notas musicais e outros sinais gráficos.

O primeiro instrumento utilizado para a escrita em Braille foi uma reglete com um punção. A reglete é uma régua de madeira metal ou plástico compostas por uma sequência horizontal de celas organizadas em um conjunto de linhas paralelas. O punção é um instrumento em madeira ou plástico no formato de pêra ou anatômico com ponta metálica utilizado para a perfuração dos pontos. Curiosamente, o punção é uma adaptação do instrumento que causou a cegueira de Louis Braille. (SÁ, 2012b, p.224).

Mesmo que o reglete seja fundamental até mesmo por ser a única opção em alguns contextos e circunstâncias, o mesmo apresenta algumas falhas que acaba causando desvantagens ou limitações. O processo de escrita é considerada lento, exige coordenação e acaba dificultando também a correção e o manuseio por isto está cada vez mais sendo substituído por equipamentos mais atualizados modernos e práticos.

Louis Braille intuitivamente materializou o dito popular que se dizia que um pingo é letra, Louis transformou letras em pingos e pontos salientes, cuja sua forma, disposição e tamanho são ajustadas perfeitamente as características fisiológicas do tato. Onde os pontos em relevos coincidem com a distribuição das papilas sensoriais nas pontas dos dedos facilitando a discriminação tátil.

Nesse aspecto, a escrita acontece em um processo mais rápido que a leitura já que a leitura exige um processo que envolve código e demanda uma grande concentração e a discriminação tátil. Essa leitura tátil, conforme o autor, deve acontecer da esquerda para a direita tal como ocorre com a leitura visual, já a escrita acontece do modo inverso para que não ocorra o espelhamento no verso da folha do papel, Portanto, a escrita e a leitura no sistema Braille ocorre em um sentido inverso.

A visão é capaz de detectar de modo sistêmico e global uma ou várias palavras escritas no papel enquanto o tato percorre letra por letra ou sílaba por sílaba de modo fragmentário e analítico porque ver e tocar são fenômenos qualitativamente distintos. Por isto, usuários do sistema Braille tarimbados e experientes não alcançam os mesmos índices de velocidades de leituras estimados para os leitores visuais. (SÁ, 2012b, p. 226).

O material Braille é escrito com letras maiores adaptados ao tamanho da ponta dos dedos sendo maior que a letra impressa normalmente e por este motivo que ao pegar um material em braille pode-se perceber que é um material mais consistente e

que quando é realizado uma leitura nota-se que cada página de um livro em braille equivale a três ou quatro páginas de um texto comum impressor.

O professor deve ter um conhecimento para poder compreender e elaborar todo o planejamento das atividades escolares, para que todo esse material seja aproveitado da melhor maneira possível e que os alunos em hipótese alguma se sintam incapazes de realizar tal atividade por falta de material adequado para que possa ocorrer um procedimento de avaliação adequada para cada tipo de aluno.

Durante a trajetória de aprendizagem de uma criança deficiente visual nota-se a necessidade de estratégias e recursos que facilitem a participação de modo integral em todas as atividades e avaliações escolares. Portanto, todas as avaliações devem ser realizadas conforme as normas da escola, do atendimento especializado ou de outro material que seja de apoio à inclusão, para que isso aconteça de maneira positiva e necessária que todas as práticas possam beneficiar a participação das crianças que são deficientes visuais. (LAPLANE; BATISTA, 2008, p. 219).

No que se refere ao desenvolvimento e à aprendizagem, a ideia de que eles ocorrem por meio das interações entre crianças e pessoas significativas para ela, sejam adultos ou outras crianças, dá destaque à dimensão social no ato de ensinar como um processo contínuo de negociação de significados que ocorrem ao longo das interações em grupo. Destaca-se assim a importância da atuação em grupos. (COLL; SOLÉ, 1996 *apud* LAPLANE, BATISTA, 2008, p. 219).

As atividades realizadas em grupos de ensino e que também são consideradas recreativas, que estão sempre envolvendo diversos tipos de materiais pedagógicos, são propostas em momentos em que o ensino ocorre de modo formal ou informal. Essa realização acontece desde a pré-escola podendo se destacar logo de início alguns procedimentos que são bem comuns sendo utilizados com bastante frequência. Os recursos visuais tais como imagens, objetos e figuras muitas vezes podem estar impedindo a inclusão da criança com deficiência visual.

Uma forma diferente de conhecer e aprender o sistema e o Braille virtual, um curso on-line, criado e desenvolvido por uma equipe de profissionais da Universidade de São Paulo (USP) para pessoas que enxergam. O objetivo do curso é o de possibilitar o aprendizado do sistema braille de forma simples, gratuita e lúdica. O programa é de fácil acesso. (SÁ, 2012b, p. 226).

Com a utilização do sistema Braille é possível utilizar o recurso Braille em pequenos materiais que podem ser carregados para qualquer lugar, sem ocupar espaços

além de eliminar o uso desnecessário de vários livros pesados. O professor dever estar sempre atento, pois como tudo tem o seu lado negativo, com a criação do sistema virtual em Braille as pessoas acabam se distanciando mais da vida em sociedade presencial.

A criação desse aplicativo foi elaborada com a ideia de incluir todos os tipos de pessoas já que este material que se considera pedagógico facilita a compreensão de todos fazendo com que haja um trabalho inclusivo e em equipe com interações entre videntes e não vidente. Apesar de este ser um bom material didático ainda não é suficiente por isso há necessidade de adaptações em mais materiais pedagógicos didáticos.

2.3 VER, NÃO VER, SENTIR E APRENDER: DESAFIOS DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DO ALUNO DV

Para atuar na educação especial faz-se necessário que o professor tenha uma formação que certifique para o desenvolvimento de Tecnologias Assistivas - TA no espaço escolar. Nesse aspecto, o professor que está presente na sala de aula acompanhando todo o processo de desenvolvimento de cada aluno, o professor e o profissional da educação mais adequado para identificar as barreiras que o aluno com deficiência enfrenta no acesso e nas participações das atividades escolares. São responsáveis também para buscar alternativas em TA para que possam minimizar e até mesmo eliminar barreiras auxiliando também no ensino da utilização do ambiente e dos recursos que auxiliam na aprendizagem de cada um. (BERSCH, MACHADO, 2012, p. 89).

Os profissionais de educação são colaboradores profícuos na tarefa de avaliar o desempenho visual dos alunos e desenvolver habilidades relevantes para estimular o exercício e o uso eficiente do potencial da visão. A observação formal e informal da acuidade e do campo visual, a coleta de dados junto aos familiares, profissionais e outras fontes de informações sobre o aluno ajudar a compreender a limitação visual no contexto escolar e familiar. (SÁ, 2012a, p. 189).

Nesse contexto, os profissionais da educação tinham interesse apenas de passa o conteúdo programado para os alunos nem sempre as atividades elaboradas estavam de acordo com a necessidade dos alunos deficientes visuais. Felizmente hoje o foco desse profissional está na qualidade do ensino e da aprendizagem deste aluno,

os educadores estão cada vez mais preocupados com a integridade do aluno que necessita de um atendimento especializado, não somente no ambiente escolar, mas também na vida social.

É importante ressaltar que o aluno aprende quando consegue captar o brilho no olho do mestre ao notar nele um sujeito desejante e capaz de aprender. O entusiasmo do aluno será resultante dos aspectos subjetivos do ensinante, ou seja, como ele mesmo, sujeito que ensina, mas que também aprender lidar com o saber e o conhecer. (RUBINSTEIN, 2003 *apud* ALVES, GUARESCHI, 2012, p. 57).

Francamente todo e qualquer profissional desamparado não consegue resultados positivos no que faça. E com o professor não é diferente, ele tenta definir as dificuldades vigentes na educação inclusiva sozinho, mas que se deve identificar as semelhanças principais monitorar os métodos em evolução adaptar-se as condições de planejamentos e também avaliar os possíveis resultados.

Alves e Guareschi (2012, p. 57) enfatizam que a busca pelo conhecimento é um processo que está o tempo todo sendo reinventado e ressignificado, pois é uma busca que sempre está explicada por algo que sucessivamente sobrevive por um conhecimento fugaz.

É muito importante ter conhecimento do que é na ausência deixada pela falta que evidencia dando sempre lugar a novas descobertas e as grandes aprendizagens. E neste universo de descobertas que é reconhecido o aluno que necessita de uma educação especial já que estes alunos são indivíduos que estão sempre em constantes transformações, desenvolvendo-se na troca de experiência com o professor.

Professor/a competente não é aquele/a que se limita a aplicar conhecimentos, mas possui características do investigador em ação, problematizando situações de sua prática profissional. Mobiliza conhecimento para refletir sobre a diversidade dos enfoques das diferentes situações criadas, explica como e por que toma e implementa suas decisões seja em situações de rotina ou em situações imprevistas, fazendo previsões, extrapolações e generalizações a partir de suas experiências. Como investigador desenvolve a capacidade de registro para que possa compartilhar com seus colegas. (STRIEDER; ZIMMERMANN, 2012, p.27).

O professor não deve olhar para o aluno deficiente visual com um olhar de pena classificando o mesmo como uma pessoa frágil, que necessita de super proteção, mas sim, dando um atendimento de acordo com as necessidades

específica, pois não se pode esquecer que esse aluno antes de ser deficiente visual ele é um ser humano. Deixando o aluno se expressar sempre que se possível, examinar se o aluno está acompanhando todas as aulas e se está fazendo o seu próprio raciocínio. O professor deve dar tempo para que o aluno demonstre todo o entendimento que ele obteve durante a aula.

A formação de educadores para uma escola inclusiva não se restringe a cursos de capacitação, reciclagem, aperfeiçoamento e outros que são oferecidos em diferentes instâncias educacionais. A reflexão individual sobre a prática em sala de aula deve se somar ao conhecimento científico já existente sobre estratégias de ensino mais dinâmicas e inovadoras. (FERREIRA, 2005, p. 46).

O educador de uma sala de aula do ensino regular necessita sempre ter um contato com um professor especializado com um objetivo em comum que tenham como finalidade evitar qualquer que seja a dificuldade do aprendizado do aluno, ou seja, na educação especial a forma de ensino deve sempre andar de mãos dadas diante do ensino regular. O professor especializado tem como função atuar como docente e especialista, pois é responsabilidade deste professor todas as atividades de ensino e aprendizagem e como especialista porque é influente, pois é visto como um facilitador do processo de educação já que ele é o responsável e a pessoa mais indicada para nortear a escola, família e a comunidade.

O profissional deve ter uma formação apropriada para que seja capaz de analisar o desenvolvimento dos alunos, conhecer as diferentes necessidades e as particularidades que cada aluno possui em seu processo de ensino/aprendizagem, também deve ser criativo ao elaborar atividades, adaptar ou criar materiais, além de desenvolver várias técnicas para manter o educando interessado em participar da aula. (DAMACENO, 2012, p. 35).

O profissional na área da educação em especial, o professor deve estar sempre em formação em busca do novo de atualizações para que possa estar apto a desenvolver suas atividades de maneira agradável, coerente e interessante para que desperte no aluno a curiosidade de sempre querer saber mais.

O professor deve estar preparado para executar um trabalho de qualidade na qual vai estar juntamente com o trabalho exercido na escola, pois a partir do momento em que há necessidade de um atendimento especializado na escola, todos os profissionais estejam qualificados para lidar com situações simples que acontece com

frequência na escola que tem como objetivo incluir, mas não tem profissionais habilitados para que isso possa ocorrer de maneira adequada.

A formação de professor requer um ensino de qualidade, e voltado para a igualdade e que se possa atender as diferenças. Tendo em vista a aprovação e análises das pesquisas sobre formação de educador no Brasil, pois foi observado que o desenvolvimento do professor a respeito do atendimento, as diferenças e a diversidade cultural. Que analisar a preparação necessária do futuro do professor para incluir alunos que apresentar necessidades especiais na sala de aula comum, por meio de projetos pedagógicos da escola e de um ponto de vista que está ligado o ensino para todos que se deseja e em buscar de soluções para alunos especiais e, no processo de ensino-aprendizagem. (COSTA, 2016, p. 20).

Pode-se notar que diversos professores não se sentem preparados para trabalhar com alunos que possui qualquer deficiência e quando se passa para o lado da deficiência visual esses professores se sentem mais despreparados ainda. Muitas das vezes não possui uma formação continuada específica para essa área e quando vem a se deparar com um aluno que tenham algum tipo de deficiência visual esse profissional ficar desorientado, sem saber o que fazer com aluno e muitas vezes isso só vem atrapalhar a aprendizagem da criança.

O grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimento que possam desencadear novas atitudes que aceitem a compreensão de situações complicadas no ensino, para que os professores possam exercer de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a desigualdade. (COSTA, 2016, p. 21).

Há uma grande necessidade de preparação e para atuação do professor na sala de aula principalmente para receber a diversidade que existe de alunos, pois se vivencia atualmente uma sociedade inclusiva. Portanto, os professores têm que estarem preparados para receber estes tipos de alunos que por algum motivo necessita de uma atenção especializada.

O professor é o responsável de observar o comportamento dos seus alunos e na sala de aula que muitas vezes é descoberto o início de uma deficiência visual que se não for observada pelo professor pode vir a causar um fracasso escolar sem falar no emocional da criança, pois ela vai ser considerada uma criança desinteressada onde todos a julgarão deixando-a constrangida e cada vez pior. Entretanto, se sua deficiência inicial não for percebida e tratada poder evoluir chegando até mesmo a cegueira total e muitas vezes por falta de preparação de um profissional.

Silva (2017, p. 29) ressalta que a formação continuada de professores é algo necessário, no entanto esse desenvolvimento não deve ser entendido como alguma coisa que seja elemento da escola. É também obrigação do professor buscar essa formação, mas essa formação pode se constituir dentro da própria escola abrindo espaços de discussões que viabilizem a promoção em respeito a diversidade. Vale ressaltar que esta formação não deve ter como participantes somente os professores, mas também por todo o corpo integrante da escola e também pela comunidade.

A sociedade atual é formada por uma imensa diversidade com pessoas diferentes, onde todas as pessoas têm suas crenças, culturas, valores, pois são pessoas particulares (SILVA, 2017, p. 30). No entanto, a educação é um direito de todos mesmo havendo um pressuposto que afirmar que todos são iguais negando assim todas as diferenças existentes de pessoa para pessoa. Para que possa acontecer uma verdadeira inclusão deve se reavaliar todos os conceitos existentes organizando e colocando em prática todo o princípio de educação inclusiva e para que isso seja elaborado com sucesso e necessário que o professor tenha um conhecimento necessário para que a educação aconteça de maneira qualitativa.

O professor deve ser visto como um mediador e estimulador, tornando a sala de aula um ambiente onde seus limites sejam estimulados de sua autonomia. Um professor de sala de aula regular, não pode ser diferente de um professor de inclusão, onde seja valorizado o respeito mútuo a sua capacidade e seu espaço facilitando assim sua atuação de forma livre e criativa proporcionando a cada um, uma sala de aula criativa e diversificada, dando a oportunidade de participar das atividades adaptadas às necessidades de cada aluno, já que o professor vai ser sempre o responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da aprendizagem dessa criança. (SILVA, 2017, p. 30).

O professor como o profissional responsável pela formação do aluno deve estar sempre atento para tudo que aconteça dentro da sala de aula tem que mediar e estimular o aluno a não desistir diante os obstáculos que os desafia em na hora da aprendizagem. O professor tem que estar sempre observando e se auto avaliando para saber se está agindo de maneira correta se os seus métodos de ensino estão conseguindo alcançar todos os objetivos que são os de inclusão. Têm que se atualizar para nunca ficar de fora de todos os avanços que facilita a aprendizagem dos alunos que são deficientes visuais.

O professor tem grandes desafios a vencer, dando a sua participação para a contribuição social e para o desenvolvimento aluno e tem um papel muito importante, que é o sucesso da educação, seja ela formal ou informal. Para

uma educação de qualidade e necessária uma formação sólida e continua, com uma progressão continuada que lhe forneça subsídios para uma reflexão sobre a sua prática pedagógica. (SILVA, 2017, p. 30).

Não adianta ter uma escola inclusiva onde os professores não saibam lidar com a inclusão. Desse modo, o professor deve buscar formação nunca se contentando apenas com um conhecimento básico, pois o professor deve se especializar constantemente para poder trabalhar de maneira adequada fazendo com que o aluno que tenham deficiência visual consiga aprender e obter grandes avanços com grande sucesso na aprendizagem.

Este professor pode estar trabalhando com esse aluno com diversificados tipos de materiais como o Sorobã, Braille, entre outros. O professor deve analisar toda a sua prática de ensino buscando estratégias diferenciadas para que as suas práticas não virem rotina, nunca se prender em um espaço delimitado que é a sala de aula. Portanto, o professor analisa toda sua prática e sempre procurando mudar e observa se o aluno está realmente tendo proveito de todas as práticas de ensino. Não adianta o professor ficar criando novas maneira de trabalhar mas que não está satisfazendo o aluno, ou seja, não está alcançando o verdadeiro objetivo que é a aprendizagem do aluno.

3 DESAFIOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ITAITUBA-PA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho parte, primeiramente, de uma pesquisa bibliográfica, que demonstra o desafio no ensino e aprendizagem dos alunos cegos e com baixa visão. Uma vez que foi necessária a elaboração de um levantamento prévio com o ponto de vista de alguns dos principais autores que discutem sobre o tema, dentre eles os autores: Fumegalli (2012), Pereira (2015), Damaceno (2012), Sanchez (2005), Battistel (2012), Teixeira (2010), assim como as legislações brasileiras que normatizam a oferta de uma educação inclusiva de qualidade.

Para uma fundamentação mais completa foi utilizado além do levantamento bibliográfico, uma pesquisa de campo. Assim, foi selecionada três escolas de Ensino Fundamental do Município de Itaituba para a elaboração desta pesquisa no período dos meses de novembro e dezembro de 2018, a qual foi direcionada para os professores do ensino regular de alunos com cegueira e baixa visão.

Os locais escolhidos para a realização desta pesquisa foram as Escolas de Ensino Fundamental Castelo Branco, Duque de Caxias e Coronel Pereira Brasil, sendo aqui identificadas pelas letras A, B e C, respectivamente. A pesquisa foi realizada com três professores das referidas escolas por meio de entrevistas e observação do local na qual foi possível verificar a sua formação, o tempo de trabalho na área da educação e o que os mesmos pensam sobre a inclusão e acessibilidade escolar.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco, nomeada de **Escola A**, está situada a passagem Claudio Couto, s/nº, no Bairro São José, foi fundada no dia 31 de março de 1973, na administração do excelentíssimo senhor Altamiro Raimundo da Silva. O nome da referida escola foi em homenagem ao excelentíssimo Presidente Castelo Branco, em 1999 na administração do Excelentíssimo Prefeito Edilson Dias Botelho foi construída uma nova instituição de ensino.

Escola dispõe de uma estrutura física apropriada para atender os 401 alunos matriculados na Educação Inclusiva Educação Infantil, Ensino Fundamental I com 20 turmas assim proporcionar o bem-estar, um ensino eficaz e de qualidade a todos que adentram nesse espaço escolar. Quanto ao aspecto físico a escola tem doze salas de aulas, uma sala de aula adequada para atendimento educacional especializado AEE (Atendimento Educacional Especializado), banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, rampa de acessibilidade, quadra poliesportiva, diretoria, secretaria. Este educandário cede uma sala para documentação das escolas extintas. Uma área coberta onde atende nossos alunos na hora da merenda, biblioteca, parque infantil, cozinha, sala de professores, jardim, quadra coberta e uma pequena horta escolar.

Desenvolve o Programa do governo Federal como Mais Educação para jovens, e o Ens. Fundamental com oficinas de violão, atividade que envolve Cultura, Artes E Educação Patrimonial, Acompanhamento Pedagógico, e Sociedade Sustentável com parceria do Comitê Ambiental da COSANPA onde a escola foi campeã do primeiro torneio de futsal, uma Rádio Escola e projeto Sistema de Câmeras ativo. Além disso, busca diariamente a efetivação de uma prática educacional de qualidade para alcançar metas proposto no IDEB (Índice de Desenvolvimento de Educação Básica).

No decorrer da sua trajetória, acabaram por se estender a escola passou por muitos desafios. Localidades em um bairro periférico, a mesma englobou todos os seus problemas advindos. Durante algum tempo, a escola foi marcada por uma imagem negativa, pois os problemas do bairro acabaram por se estender ao espaço escola. No ano de 2006, a escola foi contemplada com o um projeto por intermédio do governo municipal e do governo federal e passou a ter um laboratório de informática, o qual passou a funcionar no ano letivo de 2007.

A escola enfrentou um problema de migração dos moradores locais, em consequência, há a diminuição do número de alunos, dentre os projetos que desenvolvem, promove permanentemente das oficinas do Programa mais educação, projeto de inclusão digital e acesso à internet para alunos e membros da comunidade local, Programa de Leitura na escola, com atividades diárias de leituras para todos os alunos de 1º ao 5º ano. Projeto Radio Escola Castelo Branco: Por uma cultura de paz, Projeto de reforço escolar para alunos de 1º ao 5º ano. Além disso busca diariamente a efetivação de uma prática educacional de qualidade.

Um dos fatores apontados como negativo e que interfere significativamente na qualidade da aprendizagem dos alunos diz respeito ao horário quinzenal de aulas, nas series finais do ensino fundamental. Segundo os professores a direção da escola, o horário quinzenal é prejudicial à aprendizagem e provoca a baixa produção do conhecimento por parte do mesmo.

Vale ressaltar que a escola atende uma média de 15 alunos com necessidades educacionais especiais, dentre eles, um aluno com deficiência visual.

A escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, denominada nesta pesquisa de **Escola B**, está localizada na Avenida Pedro Álvares Cabral interior da Vila Militar do 53º BIS no Bairro Bom Jardim, a mesma foi construída no ano de 1978. A escola iniciou-se com a finalidade de suprir a escassez de escola no município de Itaituba. Tinha como objetivo atender os filhos de militares ofertando vagas à criança da rede de ensino municipal.

Atualmente a escola é administrada por uma equipe de pedagogos especialistas em educação, a mesma tem como diretora Leonilde dos Santos Brandão, Mário Félix de Souza (secretario); Lúcia Helena Machado da Silva (técnica educacional); Nilma Cristiane Pereira, Renison Sebastião Gomes Leite (auxiliares de secretaria); e 21 servidores, distribuídos em suas respectivas funções; conselho escolar e de classe.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias atualmente possui sete salas de aula, uma secretaria, uma diretoria, uma Sala de Leitura, uma cozinha, um refeitório, uma sala de professores, dois corredores, um banheiro de servidor, dois banheiros masculino e dois femininos, um banheiro para alunos com deficiências e dois depósitos.

Esta unidade de ensino está ofertando a Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1º ao 5º Ano. Há um total de 350 educandos, destes 03 são alunos com deficiência, contudo, apenas um tem a deficiência visual. O horário das atividades escolares, no turno da manhã das 7:30h às 11:30h. E no turno da tarde das 14:00h às 18:00h. A mesma tem como objetivo não só proporcionar uma sólida base em conteúdos disciplinares, mas também preparar o jovem para a vida cidadã que encontrará ao sair da escola, com todas as suas exigências em valores morais e afetivos, ordem, disciplina e respeito, pois, a mesma prioriza a inclusão social.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Coronel Raimundo Pereira Brasil (Escola C) está localizada na oitava rua do bairro da

Liberdade fundada em 18 de Março de 1985. A escola trabalha em prol da comunidade itaitubense perfazendo um total de 33 anos.

A Escola Pereira Brasil foi fundada na gestão do ex-prefeito Francisco Xavier Lage de Mendonça a mesma é uma escola de médio porte construída em alvenaria com boas estruturas físicas suas salas de aulas são todas climatizadas atualmente a escola conta com quadro de 67 servidores públicos municipais e municipalizados está sobre a gestão administrativa da professora diretora Helby K. Oliveira Santos.

Esta unidade de ensino dispõe de oito salas de aulas regulares e uma de Atendimento à educação especializada todas climatizadas e que possibilita o processo de ensino bastante prazeroso, dispõe ainda de diversos recursos didáticos pedagógicos a inteira disposição dos professores e alunos como projetos multimídias televisores DVDs micro systems 541 laptop do programa UCA com internet sem fio além de uma sala de leitura com livros e jogos pedagógicos.

A escola trabalha baseada nos princípios de gestão democrática onde professores, gestores, alunos, pais, responsáveis e comunidade local compartilham com as decisões envolvendo este espaço escolar ao longo dos seus 33 anos. Valer ressalta que a escola tem desempenhado um papel de suma importância para a comunidade itaitubense e assim continua com o compromisso de Educar e formar cidadãos para a vida.

A Escola atualmente possui o quadro de 534 alunos sendo que 17 deles tem algum tipo de deficiência e 1 desses é diagnosticado com baixa visão. A escola funcionar em dois turnos que vai do 1º ao 9º do ensino fundamental e atende os alunos que precisa de um atendimento especializado no contra turno que cada um estuda.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Para realizar este estudo foi necessária uma pesquisa de campo que contou com a entrevista de docentes de três escolas municipais de ensino fundamental de Itaituba. Deste modo foi distribuído questionário com 10 perguntas abertas para os professores das escolas. Sendo que foi selecionado apenas os professores que trabalha no ensino regular com alunos cegos e com baixa visão. Por questões éticas os entrevistados serão identificados por P, sendo P=Professor, e as letras correspondem à identificação das escolas, conforme quadro 1.

Quadro 1. Perfis dos entrevistados. Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA (2018).

Professor	Formação	Cursos na área	Tempo de atuação	Quantos alunos incluídos
P – Escola A	Licenciatura plena em pedagogia	Braille	6 anos	2
P– Escola B	Licenciatura plena em pedagogia	*****	2 anos	3
P– Escola C	Licenciatura Plena em pedagogia	Braille	4 anos	4

Todos os professores entrevistados possuem formação acadêmica em Pedagogia, e apenas dois deles tem cursos na área da educação especial direcionados a alunos cegos ou com baixa visão. A Pesquisa mostra também que esses profissionais atuam na área de educação especial em um período variado que vai de 2 a 6 anos, e possuem um número considerável de alunos com necessidade educacional especial incluídos na turma regular.

3.4 CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES

Para melhor compreender a prática docente dos profissionais que atuam com alunos que possuem deficiência visual/baixa visão, foi realizada uma entrevista em três escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental do município de Itaituba/PA, iniciando com a questão 1: **Você teve alguma capacitação para atuar com aluno que possui deficiência visual/baixa visão?** Os relatos dos professores podem ser observados no quadro 2.

Quadro 2. Possui capacitação para atender o aluno com DV/baixa visão? Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA(2018).

Professor	Relato dos professores
P – Escola A	<i>Sim, já fiz vários cursos.</i>
P– Escola B	<i>Não possuo nenhuma.</i>
P– Escola C	<i>Sim.</i>

Quando questionado sobre a capacitação para a atuação com alunos que possuem deficiência visual/ baixa visão, dentre os professores pesquisados apenas um não possui curso de capacitação ou especialização em deficiência visual. Vale ressaltar que é necessária uma qualificação para a atuação com deficientes visuais em específico, alunos cegos e com baixa visão, pois um professor deve ter um olhar especializado ter conhecimentos específicos para poder lidar com as diversas

situações que acontecem na sala de aula. Um professor preparado tem chances maiores de compreender as dificuldades do aluno.

O professor deve conhecer os recursos usados pelo aluno e conscientizar-se de sua utilidade e relevância. Dessa forma, será mais fácil encorajar o seu uso e estimular o máximo aproveitamento do potencial da visão. Poderá também trabalhar com a turma no sentido de desenvolver hábitos e atitudes de cooperação e respeito às diferenças. (SÁ, 2012b, p.220).

O professor necessita de formação contínua porque trabalhar com alunos cegos ou com baixa visão tem de ser de uma forma bem presente. Muitas vezes esses professores começam a ter contato com alunos deficientes visuais mesmo sem um curso preparatório se dispõe a lidar com uma situação que não se faz nem ideia, mas estão dispostos a aprender na prática e, muitas vezes aceitam isso por ser a única opção.

Foi questionado em seguida aos professores na questão 2: **Como foi para você receber um aluno com baixa visão/cego?** Os relatos dos professores podem ser observados no quadro 3.

Quadro 3. Como foi receber um aluno com baixa visão/cego? Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA (2018).

Professor	Relato dos professores
P – Escola A	<i>Normal, já que sempre quis atuar nessa área e sempre estou em buscar de especialização, pela ausência de profissionais qualificados para esta área da educação.</i>
P– Escola B	<i>Foi bastante desafiador, pois precisamos nos certificar que o aluno está tendo uma boa aprendizagem.</i>
P– Escola C	<i>No início foi um grande desafio, pois quando eu o recebi não possuía ainda nenhuma experiência com alunos com deficiência visual.</i>

Ao analisar a forma de recebimento dos alunos com baixa visão ou cego, pode-se perceber que apenas um professor se sentia seguro preparado para receber o aluno. As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo de seus professores para esse fim.

Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais. (FUMEGALLI, 2012, p.24).

De acordo com o relato dos professores das Escolas B e C, se sentiram inseguros e desafiados pelo fato de não estarem especializados na área da educação especial com um foco na educação de alunos cegos ou com baixa visão. De fato, a falta de qualificação dos profissionais da educação acaba diminuindo a oportunidade do aluno de ingressar no ensino regular. Sem qualificação os professores não tinham como certificarem se realmente está acontecendo de maneira correta o ensino e aprendizagem desses alunos.

Neste sentido, sabemos a importância do desenvolvimento da criança com deficiência visual dentro da sala de aula. Tornou-se relevante o terceiro questionamento: **Como você considera o desenvolvimento do seu aluno com cegueira/baixa visão?** Pode-se notar a resposta dos professores no quadro 4.

Quadro 4. Como você considera o desenvolvimento do seu aluno com cegueira/baixa visão? Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA(2018).

Professor	Relato dos professores
P – Escola A	<i>Avançado, pois o meu aluno é muito inteligente. Ele chegar a se destacar na turma principalmente na disciplina de Matemática.</i>
P– Escola B	<i>Considero fraco, pois além de sua baixa visão ela possui um grande déficit de aprendizagem.</i>
P– Escola C	<i>Considero bom, pois o meu aluno ele tem um acompanhamento dentro da sala de aula onde facilita a aprendizagem dele, além de vários recursos pedagógicos para pessoas cegas e com baixa visão.</i>

De acordo com o resultado obtido, a maioria dos educadores se mostram satisfeito com o desenvolvimento dos seus alunos dentro da sala de aula. “O processo de ensino, não pode ser tratado como uma atividade que está restrita apenas a sala de aula, pois se entende que o trabalho docente e uma das práticas educativas mais amplas que ocorre na sociedade”. (ALVES, 2016, p.18). Desse modo, o professor da Escola C relata a importância de trabalhar com um profissional especializado para acompanhar o aluno deficiente visual. Ainda cita o uso de materiais pedagógicos voltados a educação de alunos cegos e com baixa visão.

Na sequência procurou saber sobre a Norma Brasileira (NBR 9050) que disciplina sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, **se já conhecia essa norma?** E ainda se questionou na quarta questão: **O que você entende por “acessibilidade escolar”?** O quadro 5 demonstra que todos os professores pesquisados já conheciam a norma NBR 9050.

Quadro 5. O que você entende por “acessibilidade escolar”? Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA(2018).

Professor	Relato dos professores
P – Escola A	<i>Sim. Acessibilidade escolar é o aluno deficiente visual se locomover nas dependências da escola sem encontrar obstáculos.</i>
P– Escola B	<i>Sim em parte, possibilitar vermos e adaptações para pessoas com deficiência, tanto no espaço físico como o pedagógico.</i>
P– Escola C	<i>Sim. A acessibilidade escolar é fundamental para uma inclusão, pois não basta ter profissionais qualificados para receber alunos com necessidade especial se não existe um espaço adequado para trabalhar com os alunos.</i>

Portanto, entende-se que a acessibilidade escolar é de fundamental importância para desenvolvimento social do aluno, pois é através de um espaço acessível que o aluno vai ter a chance de se desenvolver, conhecer e poder enfrentar os obstáculos que o faz se sentirem incapaz de serem independentes.

Acessibilidade está relacionada em fornecer condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou por grupos com mobilidade reduzida (MOURA; LIMA, 2015, p.19).

A acessibilidade é um direito que o aluno que tem necessidades especiais necessita ter, pois os mesmos precisam de condições adequadas para se desenvolver de maneira integral. O aluno não poder deixar de conviver e usufruir de atividades que traz aprendizado pelo simples fato da ausência de um ambiente e equipamentos adequados. Neste sentido, na quinta questão foi perguntado aos entrevistados: **Esta escola possui as adaptações necessárias para atender alunos com deficiência visual?** No quadro 6 estão descritas as falas dos professores do ensino regular.

Quadro 6. A escola possui as adaptações necessárias para atender alunos com deficiência visual? Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA (2018).

Professor	Relato dos professores
P – Escola A	<i>Em parte. Falta corrimões e os banheiros serem adaptados, entretanto com ajuda da bengala o aluno consegue ir ao banheiro.</i>
P– Escola B	<i>Não possui, mas procuramos usar todos os recursos necessários para suprir esta falta de adaptação.</i>
P– Escola C	<i>A escola não está 100% adaptada, porém, possui alguns locais que já estão de modo acessivo para os alunos.</i>

Chega-se à conclusão de que os espaços físicos das escolas pesquisadas não são adaptados corretamente como era para ser conforme as normas da educação especial que deixa bem claro em seus artigos o direito à acessibilidade que todos devem ter.

De acordo com a Norma, no ambiente escolar a entrada de alunos deve estar, preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos. Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. (MOURA, LIMA, 2015, p. 23).

Ainda em conversa com os professores, perguntou-se na 6ª questão: **O que é necessário para promover a acessibilidade dos deficientes visuais neste ambiente escolar?** Os entrevistados foram unâimes em destacar que: piso tátil, corrimões, espaços adaptados, mobiliário adequado e profissional capacitados para atender todos os alunos. São elementos que devem promover o acesso dos alunos com DV/baixa visão no espaço das escolas pesquisadas.

A escola é influenciada por forças “externas” e “internas” a seus muros. Enquanto unidade social, os elementos que integram a vida escolar são em parte, transposto de fora, em parte, redefinido na passagem quando se ajustam as condições grupais e, em parte, desenvolvidos segundo condições internas. (STRIEDER, ZIMMERMANN, 2012, p. 23).

As adaptações relatadas pelos professores são fundamentais para uma acessibilidade de maneira correta e necessária para que o ambiente e os espaços onde esses alunos vão estar se desenvolvendo seja planejado para evitar um acidente com os alunos destas escolas. A acessibilidade não deve estar apenas no espaço interno da escola mas, também no ambiente externo, pois nada adianta dentro da escola ser um local acessível se o aluno não tem isso para entrar e sair daquele espaço.

Também se procurou saber na 7ª questão: **Em sua opinião, de quem é a responsabilidade de promover a acessibilidade no ambiente escolar?** A opinião dos professores está descrita no quadro 7.

Quadro 7. De quem é a responsabilidade de promover a acessibilidade no ambiente escolar?
Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA(2018).

Professor	Relato dos professores
P – Escola A	<i>A responsabilidade é de todos. Do diretor ao vigia e também dos órgãos competentes.</i>
P– Escola B	<i>Todos os funcionários da escola.</i>
P– Escola C	<i>De todos os profissionais que atuam no ensino e aprendizagem do aluno, inclusive a família.</i>

Conforme a resposta dos professores que se deram de maneira interessante, pois cada um relata e enfatizam a responsabilidade de todos na promoção da acessibilidade e da inclusão escolar com qualidade.

Os pais têm participação fundamental em todos esses períodos da fase de inclusão escolar. É preciso participar das reuniões, conversas, com os professores, auxiliá-los na troca de informações e de materiais com os profissionais especializados, acompanhar as tarefas de casa, observar como o filho se comporta e como se comportam com ele, etc. (DEFENDI *et al*, 2008, p. 23).

Apesar das respostas serem praticamente no mesmo ponto de vista, a opinião do professor da escola C chama bastante atenção, pois o mesmo ressalta que a família também faz parte desta promoção. Foi perguntado ainda na questão 8: **O que você entende por inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes regulares? Você acredita que essa inclusão realmente acontece?** O quadro 8 mostra a resposta dos professores.

Quadro 8. Sobre a inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes regulares. Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA(2018).

Professor	Relato dos professores
P – Escola A	<i>As crianças com necessidades especiais estão na escola regular de ensino juntamente com todos, mas ela precisa participar de todas as programações na classe e extraclasse para esta inclusão acontecer.</i>
P– Escola B	<i>Inclusão é um desafio, causado de angústias e expectativas em grande parte dos profissionais da educação do ensino regular. Acredito que acontece a inclusão, mesmo que de forma lenta.</i>
P– Escola C	<i>Inclusão no ensino regular de crianças com necessidades especiais é algo que dever ser trabalhado em conjunto sendo escola, comunidade e família. Acredito que ainda falta muito para essa inclusão acontecer de uma forma perceptiva.</i>

Para Damaceno (2012, p. 28), é através da escola que a criança desenvolve sua autonomia e constrói parte de sua identidade, logo a socialização e as interações

sociais, além de promover o contato com as outras pessoas facilita a inclusão escolar e social. Conforme as respostas apresentadas, a inclusão da criança com necessidade especial no ensino regular atualmente ainda é um desafio, porém um desafio que está em mudança. Entretanto, precisa ser trabalhado não só com os professores do ensino regular mas também com todo o conjunto escola que está relacionado comunidade e família.

No que se trata do planejamento da aula foi perguntado na questão 9: **Você encontra alguma dificuldade para desenvolver seu planejamento com o aluno DV?** O quadro 9 demonstra a resposta dos professores.

Quadro 9. Encontra dificuldade para desenvolver seu planejamento com o aluno DV? Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA (2018).

Professor	Relato dos professores
P – Escola A	<i>Não, porque eu já fiz vários cursos, um de 450 horas e outro pela internet e para esclarecimento de dúvida, sempre que necessário, pesquiso.</i>
P– Escola B	<i>Sim, encontro dificuldade sempre quando vou elaborar um planejamento, pois não sou especializado e nem possuo cursos da área da educação especial voltados para deficientes visuais.</i>
P– Escola C	<i>Raramente tenho esta dificuldade, pois tenho cursos da área de educação voltados a alunos deficientes visuais e também tenho 3 anos de prática com esses alunos.</i>

Pode-se perceber que as dificuldades de planejamento acontecer pelo fato da existência de atuação de profissionais desqualificados no ensino regular onde está incluso o educando que tem alguma deficiência. Entende-se, portanto que, o profissional deve ter “uma formação apropriada para que seja capaz de analisar o desenvolvimento dos alunos, conhecer as diferentes necessidades e as particularidades que cada aluno possui”. DAMACENO, 2012, p. 35). Em vista disso, cabe ao educador ser criativo no processo de ensino ao elaborar atividades.

Nesse contexto, pode-se notar que o professor da Escola B encontra grandes dificuldades ao desenvolver o planejamento com alunos deficientes visuais, já os demais entrevistados raramente encontram essa dificuldade pelo motivo de estarem preparadas para o ensino de crianças com deficiência visual.

Finalizando a entrevista, perguntou-se na 10 questão: **A escola disponibiliza materiais didático/pedagógicos suficientes para o trabalho com o aluno DV? Que materiais são esses? Pode citá-los?** Os relatos dos professores que atuam com alunos DV estão descritos no quadro 10.

Quadro 10. A escola disponibiliza materiais didático/pedagógicos suficientes para o trabalho com o aluno DV? Fonte: Professores de ensino fundamental, Itaituba/PA (2018).

Professor	Relato dos professores
P – Escola A	<i>Temos materiais diversificados bingos, reglete, máquina braille, sorobã, livros em Braille para leitura.</i>
P– Escola B	<i>A escola oferta diferentes materiais como o reglete, maquina Braille, livros em Braille.</i>
P– Escola C	<i>A escola disponibiliza livros máquinas, sorobã, entre outros materiais em braille.</i>

Segundo os professores entrevistados, as escolas possuem materiais suficientes para trabalhar com os alunos deficientes visuais. Desse modo, o professor deve valorizar o comportamento exploratório, a estimulação dos sentidos remanescentes, a iniciativa e a participação ativa. Conforme Sá (2012b, p. 221), “algumas atividades predominantemente visuais devem ser adaptadas com antecedências e outras durante a sua realização, por meio de descrição, informação tátil, auditiva, olfativa, e qualquer outra que favoreça a configuração do ambiente”.

Portanto, acredita-se que esses são materiais que são considerados fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, pois através destes materiais pode-se trabalhar de maneira a favorecer para a evolução tanto na vida escolar como na vida social desses alunos.

Assim, podemos perceber que a falta de formação continuada na área de educação inclusiva é o causador do grande fracasso escola de criança com necessidade especial, principalmente na área da deficiência visual/baixa visão. Essa percepção poder ser comprovada através da análise da pesquisa elaborada com os professores do ensino regular.

A pesquisa relata que os professores com formação têm mais praticidade para desenvolver todas as atividades necessárias de maneira adequada para o ensino das crianças com DV que estão sendo incluídas no ensino regular. Deste modo propõe-se que as escolas não deixem de adquirir materiais pedagógicos que melhorem o ensino dos alunos com necessidades especiais, porem além dos materiais, vale ressaltar ainda que, as escolas devem pôr em pratica a exigência da especialização, pois a mesma é necessária para um atendimento adequado. Sem deixar de lado as solicitações de melhorias infra estruturais do prédio escolar que promova a acessibilidade na sua totalidade, conforme determinam as legislações em vigor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou a concepção histórica da educação inclusiva e a levantou questões sobre a acessibilidade escolar. A educação inclusiva nos últimos anos vem passando por grandes mudanças, no entanto, a mesma necessita ainda de diversas alterações, desde a segunda guerra mundial a inclusão começou a ser olhada de maneira diferenciada. Através da implantação do sistema de inclusão dentro da educação as legislações permitiram que o aluno com necessidade especial seja o foco específico, onde o mesmo deve ser tratado com igualdade. Portanto, esse aluno deve receber o apoio de todos e não se sentir na obrigação de se adaptar para que o mesmo possa receber a educação escolar.

Apesar da inclusão do aluno com deficiência visual ter triplicado no ensino regular ainda há muitas melhorias para ser executadas. A lei da inclusão desses alunos garante uma acessibilidade para os mesmos, porém, não é exatamente isso que ocorre e isso ocasiona um isolamento do aluno DV pelo motivo da falta de confiança para se locomover e poder participar de todas as atividades efetivadas no espaço escolar.

O professor que trabalha com alunos com deficiência visual deve ter especializações na área, pois o mesmo necessita ser um profissional qualificado para que possa atender os alunos com deficiência visual de maneira coerente já que os mesmos necessitam de uma atenção maior e com materiais específicos, pois não adianta uma escola ofertar o material adequada para o aluno se o professor não está capacitado para desenvolver as atividades com o mesmo.

Percebeu-se na entrevista que os professores idealizam uma acessibilidade escolar com dignidade onde os alunos com DV possam se locomover tanto nas dependências internas como externas da escola. Entretanto, para isso acontecer é necessário a criação de rampas, corrimões, pisos táteis e outros meios de facilidade para um espaço acessível para todos.

De acordo com os profissionais não basta ter somente um ambiente acessível eles acreditam que a acessibilidade acontece de acordo com um conjunto, pois não é o suficiente ter espaço adequado se não existir profissionais preparados para atender os alunos deficientes visuais.

Os principais desafios enfrentados pelos professores é a falta de formação continuada específica, a ausência de um cuidador (monitor) para auxiliar, a falta de

espaços físicos adaptados para atender as necessidades dos alunos. As ausências desses elementos constituem-se em desafios causando dificuldade no desenvolvimento do aluno, que fica limitado somente naquele ambiente de quatro paredes, tornando isso muito cansativo e desmotivador.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Katia Simone Damasceno. **Metodologia aplicada no processo de ensino aprendizagem de crianças com TDAH: um estudo de caso nas escolas, Itaituba-FAI, Itaituba-municipal de ensino fundamental coronel Raimundo Pereira Brasil. TCC. Curso de Pedagogia da Faculdade de Itaituba-CCLPP da FAI, Itaituba-PA. 2016.**

ALVES, Marcia Doralina; GUARESCHI, Tais. **Formação de professores para o atendimento educacional especializado: atendimento educacional especializado para alunos cegos e com baixa visão. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: RS, 2012.**

BATTISTEL, Amara Lúcia Holanda Tavares. **Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica. 1. ed. UFSM, centro de educação laboratório de pesquisar e documentação, Santa Maria, 2012.**

BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. **Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica, 1. ed. UFSM. Centro de educação laboratório de pesquisa e documentação, Santa Maria, 2012.**

BRASIL. **Deficiência Visual.** Marta Gil (org). Brasília: MEC, Secretaria de Educação a Distância, 2000a.

BRASIL, **legislação brasileira de acessibilidade: visão geral.** Brasília. 2000b.

BRASIL. **A promoção da acessibilidade legislação brasileira de acessibilidade.** Rio de Janeiro, 2000c.

CABRAL, Laila Lazarini; PEIXOTO, Alex de Almeida; FILHO, José ToufikRahd; NASCIMENTO, Edson Alexandre Varanda do; SANTO, Jorge V. Costa; OLIVEIRA, Thiago Camilo de; BUENO, Helvécio; FARIA, Talitha Araújo. **Levantamento bibliográfico sobre cataratas e suas principais causas e tratamento disponível. Curso de Medicina da Faculdade de Atenas.PARACATU-MG, 2012.**

CALDAS, Lucas Rosse; MOREIRA, Mirellen Mara; SPOSTO, Rosa Maria. **Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida Segundo os requisitos da norma de desempenho - Um estudo de caso para as áreas comuns de edificações habitacionais de Brasília. Brasília: DF, 2015.**

COSTA, Delzimar da Silva. **Visões dos professores sobre a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais: análise na escola municipal de ensino fundamental Padre Jose de Anchieta em Itaituba-PA. TCC. Pedagogia. Fai, Itaituba, BR-PA, 2016.**

DAMACENO, Idaiany Pereira. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: As dificuldades de trabalhar com crianças especiais na educação infantil em uma escola do município de Rurópolis-Pará. TCC. Pedagogia. Fai, Itaituba, BR-PA, 2012.**

DEFENDI, Edson Luiz; SANCHEZ, Tatiana Maria; ARALDI, Aline; MARIANI, Eliana. **A inclusão começa em casa: família e deficiência visual**. 1. Ed. São Paulo: Fundação DorinaNowill para cegos, 2008.

DRAGO, Rogério; RODRIGUES, Paulo da Silva; DIAS, Israel Rocha. **Transtorno do desenvolvimento e deficiência: inclusão e escolarização**. Wak editora, Rio de Janeiro, 2004.

Ferreira, Windyz B. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?. In: **Revista de educação especial**. BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Guarujá/SP, 2005.

FERRONI, Marília C. Câmara; GASPARETO, Maria E. R. Freire. Escolar com baixa visão: percepções sobre as dificuldades visuais, opiniões sobre as relações com comunidade escolar e o uso de recursos de tecnologia assertiva nas atividades cotidianas. **Rev. Brasileira de Educação Especial**. Marília: SP, 2012.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** Monografia. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-UNIJUÍ, pelo Departamento de Pedagogia. Ijuí: RS, 2012.

GIL, Marta. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** USP- Universidade de São Paulo, Marta Gil (org). São Paulo: Rede SACI. Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação, 2005.

GOMES, Ana E. Gondim; REZENDE, Luciana Krauss; TORTORELLI, Mariana F. Prado. Acessibilidade e deficiência: análise de documento normativos. **Caderno de pós graduação em distúrbio do desenvolvimento**. V. 10, nº 1, p. 130-137. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2010.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman; BATISTA, Cecilia Guarnieri; CARDOSO. Ver, não ver e aprender. A participação de crianças com baixa visão e cegueira na escola. **Cad. Cedes**, campina, vol. 28, n 75, p.209-227, maio/ago.2008.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Educação especial e educação inclusiva: Dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo**. Uberaba: MG 2015.

MOURA, Thais F. Ferreira; LIMA, Thays V. F. Brás de. **A acessibilidade nas escolas do ensino fundamental de Lins**. TCC Centro Universitário Católico Salesiano Lins: SP, 2015.

NEHEMY, Marcio Bittar. **Degeneração muscular relacionada à idade: novas perspectivas**. Arquivo brasileiro de oftalmologia da universidade federal de minas gerais. Belo Horizonte, 2006.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Betencourt. O Aluno Cego: Preconceito e Potencialidade. Artigo, **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. volume 14.São Paulo, 2010.

PEREIRA, Jane da Silva. **Acessibilidade da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida na área central da cidade de Caico – RN**. Monografia, UFRN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Seridó: RN, 2015.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Acessibilidade para a inclusão na escola princípios e práticas**. Seminário Educação (DEDU). n. 44, p. 79-98, Feira de Santana, 2011.

SÁ, Elizabet Dias de. **Formação de professores para o atendimento educacional especializado: atendimento educacional especializado para alunos cegos e com baixa visão**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: RS, 2012a.

SÁ, Elizabet Dias de. **Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica**, 1. ed. UFSM. Centro de educação laboratório de pesquisa e documentação, Santa Maria, 2012b.

SALAI, Ana Flávia; SOUZA, Tiago Tomaz de; NETTO, Augusto Adam; OLIVEIRA, Livia Souza de; SHIMONO, CleytonTakaiti, CUNHA, Rodrigo RalloOglio da. **Perfil clínico epidemiológico de pacientes com Glaucoma encaminhado ao serviço de oftalmologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina**. Arquivos catarinenses de medicina, v. 40 n. Florianópolis/SC, 2011.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Editora da Universidade Federal da Bahia EDFBA Salvador, 2009.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **Revista da Educação Especial**. Brasília. 2005.

SASSAKI, Romeu kazumi. **Inclusão: o paradigma do século 21**. In: Revista de educação especial. BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Guarujá/SP, 2005.

SILVA, Cristina Aparecida; SEGALLA, Juliana Izar S. da Fonseca. **Acessibilidade da pessoa com deficiência**. Projeto de pesquisa, núcleo de integração e pesquisa do centro universitário de Bauru mantido pela instituição Toledo de ensino. Bauru, 2013.

SILVA, Keiliane Felipe da. **Desafios dos docentes do ensino regular na avaliação dos alunos com deficiência auditiva: análise na escola Integração Nacional no distrito de Miritituba, município de Itaituba- PA**, TCC. Pedagogia. Fai, Itaituba, BR-PA, 2017.

SILVA, Natalí Sala da; OLIVEIRA, Thereza Cristina Bastos Costa de. **Convivendo com a diferença: a inclusão escolar de Alunos com deficiência visual**. Artigo. Curso Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. 2007.

STRIEDER, Roque; ZIMMERMANN, Laura G. **A educação ainda em processo de construção** – Florianópolis: Dioesc, 2012.

TEIXEIRA, Prof. Dr. Luzimar. **A deficiência visual**. Texto de apoio ao curso de especialização centro hospitalar de Coimbra, 2010.

TORRES, Joseane Pereira; SANTOS, Vivian. **Conhecendo a deficiência visual em seus aspectos legais, históricas e educacionais, educação**. Artigo. UFSCar. Batatais, 2015.

ULBRA. **Educação inclusiva**. Organizada pela Universidade Luterana do Brasil. (Ulbra). Curitiba editora, Ibplex, 2009.

APÊNDICE A – ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES

FAI – FACULDADE DE ITAITUBA

Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia

Acadêmica: **DESAFIOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.**

Com o objetivo de realizar um estudo sobre os desafios no ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência visual, é de extrema importância ter a sua opinião. Para tanto, propõe-se que você responda aos questionamentos abaixo.

I. Identificação

a) Graduação: _____

b) Pós-Graduação: _____

c) Curso(s) na área da educação especial ou inclusiva. Pode citar?

d) Tempo que atua com alunos com NEE's: _____ anos.

e) Com quantos alunos incluídos você tem a oportunidade de trabalhar e qual a deficiência?

II. Prática docente:

1. Você teve alguma capacitação para atuar com aluno que possui deficiência visual/baixa visão?

2. Como foi para você receber um aluno com baixa visão/cego?

3. Como você considera o desenvolvimento do seu aluno com cegueira/baixa visão?

4. A Norma Brasileira (NBR 9050) disciplina sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Você já conhecia essa norma? Entretanto, pergunto: O que você entende por “acessibilidade escolar”?

5. Esta escola possui as adaptações necessárias para atender alunos com deficiência visual?

6. Assinale entre os elementos abaixo, quais seriam necessários para promover a acessibilidade dos deficientes visuais neste ambiente escolar?

- | | |
|--|---|
| ☐ piso tátil | ☐ guia rebaixada |
| ☐ corrimão | ☐ portas acessíveis |
| ☐ banheiros adaptados | ☐ mobiliário adaptado |
| ☐ Capacitação de professores | ☐ profissionais especialistas na deficiência |
| ☐ Capacitação de todos os profissionais da escola | |
| ☐ Palestras/orientações com toda a comunidade escolar | |
| ☐ Outros. Citar: _____ | |

7. Em sua opinião, de quem é a responsabilidade de promover a acessibilidade no ambiente escolar?

8. O que você entende por inclusão de crianças com necessidades especiais nas classes regulares? Você acredita que essa inclusão realmente acontece?

9. Você encontra alguma dificuldade para desenvolver seu planejamento com o aluno DV?

10. A escola disponibiliza materiais didático/pedagógicos suficientes para o trabalho com o aluno DV? Que materiais são esses? Pode citá-los?

Agradecemos sua contribuição.